

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE - UNIANDRADE

MESTRADO EM TEORIA LITERÁRIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA LITERÁRIA

***MULHER DE BANDIDO* (1998) DE VERA MOLL: DISCURSO FEMININO EM
RELACIONAMENTOS VIOLENTOS**

DAIANE BARBOSA

CURITIBA
2020

DAIANE BARBOSA

***MULHER DE BANDIDO* (1998) DE VERA MOLL: DISCURSO FEMININO EM
RELACIONAMENTOS VIOLENTOS**

Dissertação de mestrado na área de Teoria Literária apresentada ao Curso de Mestrado em Teoria Literária da Uniandrade.
Linha de Pesquisa: Escrita Criativa.
Professor orientador: Dr. Otto Leopoldo Winck.

CURITIBA
2020

TERMO DE APROVAÇÃO

DAIANE BARBOSA

***MULHER DE BANDIDO* (1998) DE VERA MOLL: DISCURSO FEMININO EM RELACIONAMENTOS VIOLENTOS**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária do Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr.Otto Leopoldo Winck (Orientador – UNIANDRADE)

Profa. Dra.Tallyssa Izabella Machado Sirino (PUCPR)

Profa. Dra.Rita Alcaraz (UNIANDRADE)

Curitiba, 18 de dezembro de 2020.

A Deus, que em tudo providenciou....

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por estar presente em todos os momentos, me guiando e iluminando.

À minha mãe, Vilma do Rocio Barbosa, um exemplo de dedicação, sempre pronta a ajudar e guiar meus passos.

Ao meu pai, Hamilton Barbosa, que, mesmo na distância, sempre torce por mim.

Aos meus irmãos Wellington Luis Barbosa, Viviane do Rocio Barbosa e Vanéli do Rocio Barbosa, pois, sempre unidos, conseguimos superar todas as dificuldades que nos foram apresentadas. Em especial, à Viviane, sempre tão presente com seus exemplos, com seu ombro amigo e um olhar atento a me ajudar nessa fase tão importante.

Aos meus sobrinhos, João Vitor S. Barbosa, Saulo Rafael S. Barbosa, Heloisa Barbosa Trindade e Maria Vitória Barbosa Palkovski, meus amores, razão de todos os meus dias.

A todos os professores que passaram em minha vida, que deixaram um pouco do seu conhecimento, especialmente, neste momento, ao meu querido orientador Prof. Dr. Otto Leopoldo Winck: não tenho palavras para expressar a gratidão por me guiar até aqui, pelos obstáculos apresentados e, acima de tudo, por ser esse ser humano incrível!

Às queridas professoras avaliadoras Rita de Cássia Moser Alcaraz e Tallyssa Izabella Machado Sirino, mulheres incríveis que, com uma sensibilidade ímpar, contribuíram com seus conhecimentos para lapidar esse estudo da melhor forma.

Àqueles que torceram pela concretização deste sonho, e, também, àqueles que não torceram, sou grata.

Não menos importante, a todas as mulheres que são vítimas de violência doméstica, que se calam por medo ou dependência: jamais esqueçam que vocês precisam falar, precisam pedir ajuda!

Oh, t nue e sofrida esperança, só eu, só eu...

Ah, só eu sei...

O quanto d i meu coração...

(Maria da Penha)

MEU MUNDO CAIU

Maysa

Meu mundo caiu
E me fez ficar assim
Você conseguiu
E agora diz que tem pena de mim

Não sei se me explico bem
Eu nada pedi
Nem a você nem a ninguém
Não fui eu que caí

Sei que você me entendeu
Sei também que não vai se importar
Se meu mundo caiu
Eu que aprenda a levantar

RESUMO

Quando se fala do silêncio da mulher, muito se pode estudar a respeito, ainda quando tal fato ocorre nos casos de violência doméstica, os números são expressivos e extremamente representativos, pois no Brasil o cenário de mulheres vítimas de feminicídio cresceu aproximadamente 21% em 2015. O Brasil está no 5.º lugar entre os países que mais matam mulheres no mundo e que praticamente todos os casos são em decorrência de parceiros ou ex-parceiros (FANINI; SANTOS; GNOATO, 2017). Ainda, no que se refere à escrita feminina, as obras são reduzidas de uma forma a não descrever detalhadamente as violências sofridas. Esta pesquisa busca a compreensão desse cenário, por meio de análise das personagens da obra *Mulher de bandido* (1998), de Vera Moll, com suas características e ações; mesmo tratando-se de uma literatura ficcional, ainda, de forma específica, serão investigadas as personagens (masculinas e femininas), sob o ponto de vista da ação (pensamentos, palavras e ações) e o que as outras coadjuvantes falam delas. Além disso, verificar as principais características das figuras femininas e masculinas da referida obra e, também elencadas algumas possíveis características teóricas dos gêneros masculino e feminino. E, por fim, será apresentada uma análise crítica sobre a cultura da violência doméstica no Brasil, com base na obra de Maria da Penha, *Sobrevivi, posso contar* (2012), relacionando-a com o texto principal desta pesquisa. A obra de Vera Moll apresenta vários indícios de que a violência psicológica ocorre de forma velada, não sendo possível a compreensão de que também se trata de agressão – em sua forma oculta, por palavras ditas por ciúme – dos personagens. As análises evidenciam que, de fato, o homem inicialmente atinge o âmbito psicológico, buscando de todas as formas anular a parceira, afastando-a da família e amigos, fazendo com que ela acredite estar fazendo algo errado e, por conseguinte, o agressor parte para a violência física. Em sociedades patriarcais, em que os homens costumam tratar suas parceiras de forma abusiva, as mulheres acreditam que nada podem fazer em relacionamentos conturbados e tentam justificar que as relações devem se solucionar sozinhas, sem o intermédio de terceiros. Tais afirmativas são embasadas, ao longo do presente texto, predominantemente por autoras femininas, tais como Simone de Beauvoir (2016), Guacira Louro (1997), Djamilia Ribeiro (2017), Regina Dalcastagnè (2007), Heleieth Saffioti (1992; 1997), entre outras, que trarão luz para o tema proposto. A pesquisa demonstrou que muito ainda deve ser feito para que as mulheres tenham seu lugar de fala e, principalmente, que as suas semelhantes compreendam que se faz necessário um olhar atento às violências vividas por elas para que o fim não seja o feminicídio, como ocorre na obra ficcional analisada, que reflete a sociedade atual, quanto à violência doméstica, com delimitação no Brasil.

Palavras-chave: Vera Moll; literatura brasileira; autoria feminina; violência doméstica; gênero.

ABSTRACT

When talking about the silencing of women, much can be studied about it, even when this fact occurs in cases of domestic violence, the numbers are expressive and extremely representative, because in Brazil the scenario of women victims of femicide grew approximately 21% in 2015 Brazil is in 5th place among the countries that kill the most women in the world and that practically all cases are due to partners or ex-partners (FANINI; SANTOS; GNOATO, 2017). Still, with regard to female writing, the works are reduced in a way that does not describe in detail the violence suffered. This research seeks to understand this scenario, by analyzing the characters of Vera Moll's *Mulher de bandido* (1998), with its characteristics and actions; even in the case of fictional literature, still, in a specific way, the characters (male and female) will be investigated, from the point of view of the action (thoughts, words and actions) and what the other supporting characters speak of them. In addition, to verify the main characteristics of the female and male figures of the referred work and, also listed some possible theoretical characteristics of the male and female genders. And, finally, a critical analysis of the culture of domestic violence in Brazil will be presented, based on the work of Maria da Penha, *Sobrevivi, may I count* (2012), relating it to the main text of this research. Vera Moll's work presents several indications that psychological violence occurs in a veiled way, making it impossible to understand that it is also about aggression - in its hidden form, through words said by jealousy - of the characters. The analyzes show that, in fact, the man initially reaches the psychological level, seeking in every way to annul the partner, distancing her from family and friends, making her believe that she is doing something wrong and, therefore, the aggressor leaves for physical violence. In patriarchal societies, where men often abuse their partners, women believe that they can do nothing in troubled relationships and try to justify that relationships should resolve themselves, without the help of third parties. Such statements are based, throughout the present text, predominantly by female authors, such as Simone de Beauvoir (2016), Guacira Louro (1997), Djamila Ribeiro (2017), Regina Dalcastagnè (2007), Heleieth Saffioti (1992; 1997) , among others, that will bring light to the proposed theme. Research has shown that much still needs to be done so that women have their place of speech and, above all, that their peers understand that it is necessary to look closely at the violence experienced by them so that the end is not femicide, as occurs in the fictional work analyzed, which reflects the current society, regarding domestic violence, with delimitation in Brazil.

Keywords: Vera Moll; Brazilian literature; female authorship; domestic violence; genre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – CRÍTICA LITERÁRIA FEMININA.....	42
FIGURA 1 – GRUPOS DE MULHERES ATENDIDAS.....	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CARACTERIZAÇÃO DO SER MULHER – REPRESENTATIVIDADE E LEGITIMIDADE	20
2.1	COMO SER MULHER?	26
2.2	A VOZ DA MULHER: REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE	32
2.3	IDENTIDADE FEMININA NA CRÍTICA LITERÁRIA	38
3	O SILENCIAR DA MULHER – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA LITERATURA	47
3.1	A MORTE FIGURADA DA MULHER - VIOLÊNCIA VELADA COM O CASAMENTO.....	49
3.2	CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO BRASIL – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS APLICAÇÕES JURÍDICAS.....	53
4	ESCRITA FEMININA – UM BREVE DESENHAR SOBRE VERA MOLL E SUAS OBRAS LITERÁRIAS	60
4.1	A VOZ DA MULHER – CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A OBRA MULHER DE BANDIDO	62
4.2	ANA LÚCIA E AS VIDAS INFELIZES DA OBRA.....	66
4.3	SOBRE A OBRA MULHER DE BANDIDO - ANÁLISE LITERÁRIA.....	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	110

1 INTRODUÇÃO

O estudo de gênero, em sua concepção mais íntima, busca um olhar carinhoso e humanizado quanto à mulher, ao ser mulher, ao pensar como mulher e como ser respeitada em um mundo predominante patriarcal. A partir do momento em que ocorreu o desejo de estudar mais sobre o tema, fez-se necessário um pensar sobre como a sociedade interpreta o ser mulher atualmente, o mundo opressor em que a grande maioria das mulheres vive.

Quando se pensa sobre o assunto, o embrulho na boca do estômago torna-se cada vez mais forte, visto o quanto esse ser humano foi – que também o sou – e ainda é marginalizado, tratado apenas como o outro, não tendo lugar de referência e, quando o tem, este lugar, com tal sociedade machista, não permite que nos expressemos da forma como gostaríamos.

Cabe destacar que jamais sofri qualquer tipo de agressão física ou psicológica em meus relacionamentos, porém fui criada em um ambiente familiar extremamente machista, que tinha diferenciações na criação das filhas mulheres em relação à criação do filho homem. Este, com vários privilégios, não precisando ter a responsabilidade de exercer o papel de um ser humano marginalizado. Pelo contrário: era considerado – e ainda é – alguém que está – e sempre estará – com todas as razões em sua fala.

Nesse contexto, voltei-me para aquela pequena menina, mais nova entre outros quatro irmãos, que buscou o mundo, estudou e se formou; porém, viu em sua casa uma família que, aos olhos da sociedade, sempre foi considerada exemplar, mesmo com a marginalização das mulheres, que sempre foram tratadas como classe inferior. Vi minha irmã mais velha ser obrigada a cursar Magistério, pois, na concepção de meu pai, era somente tal profissão que a mulher poderia

exercer. Minha mãe não podia trabalhar fora de casa, porque “mulher não trabalha fora”, conforme determinação do meu pai, e em muitos outros momentos o patriarcado prevaleceu em nosso ambiente. Porém, foi com o divórcio dos meus pais que alguma mudança aconteceu, ainda que tenha sido branda, porque os resquícios da criação machista da minha mãe impedem qualquer tipo de pensar de forma diferente que a faça agir com julgamentos mais igualitários em relação às filhas em comparação ao filho.

Considerando a minha prática profissional, o presente estudo tem muito a acrescentar, em virtude das vivências realizadas com clientes que atendo como advogada, ainda que não tenha a pretensão de me utilizar somente da minha experiência para empregar tal juízo de valor. No entanto, observo, como característica principal, a forma como o homem atinge a mulher: inicialmente no âmbito psicológico, buscando de todas as formas anular a parceria, afastando-a da família e dos amigos e fazendo com que ela acredite estar fazendo algo errado, depois disso, então, parte para a violência física.

Com base nos estudos de gênero, conforme apresentado na presente dissertação, deve-se compreender que se trata de buscar a representação da mulher e seu pensar no campo literário, visto que a personagem feminina, no contexto histórico da obra analisada, não tinha a sua voz declarada e permitida – e ainda tal predominância ocorre nos dias atuais – bem como quando se trata de sua descrição nos romances, sendo em sua grande maioria interpretada de uma forma submissa e subalterna em relação ao homem, o qual era o protagonista de sua história (RICHARD, 2002).

O gênero feminino sempre teve a conotação de frágil, incapaz de viver sem o patriarcado dominante como fator de imposição, com um papel secundário na

sociedade e, por conseguinte, no que tange ao ambiente familiar, restava-lhe apenas a figura de esposa, mãe, reprodutora de fato (BEAUVOIR, 2016).

No campo literário, a posição de fala do gênero feminino tem-se apenas como margem, a qual se evidencia quanto a personagens femininos nos romances; observam-se cenas de sofrimento, silêncios, doenças e mortes e, assim, o evidenciar de submissão, de marginalização (DALCASTAGNÈ, 2007).

No entanto, com o passar dos anos, tem-se na literatura contemporânea de autoria feminina uma singela evolução quanto ao papel mulher, sendo esta retratada como protagonista, porém, infelizmente a literatura por vezes imita a realidade no que tange a marginalização do gênero feminino pela violência doméstica. Esse tema no Brasil deve ser investigado incansavelmente, na medida em que, mesmo com a aplicação da Legislação, os números de mulheres violentadas não param de aumentar, sendo um dos fatores a falta de abrigo (GOMES, 2013).

Conforme o IBGE, em 2018 – 12 anos após a criação da Lei que trata especificamente de tal violência – havia 2,4% municípios em nosso país que contavam com casas-abrigo municipais para o atendimento de “mulheres em situação de violência doméstica. Dos 3.808 municípios com até 20 mil habitantes, quase 70% do total de municípios no Brasil, apenas nove possuíam casas-abrigo.” (IBGE, 2020, s/p).

Ainda, é preciso informar que somente 9,7% dos municípios brasileiros oferecem serviços especializados de atendimento a violência sexual e 8,3% possuem delegacias especializadas de atendimento à mulher (IBGE, 2020). Assim, evidencia-se que muito deve ser trabalhado para que, de fato, a violência contra a mulher seja amparada pelo Poder Público.

Diante desses dados, além de todo o histórico de violência com o sexo feminino, criou-se a Lei n.º 13.104/2015, mais conhecida como lei do feminicídio, que buscou, através do aumento da pena, coibir este tipo de crime, que tantas conseqüências geram a sociedade em geral.

A questão da desigualdade entre homens e mulheres perante a legislação brasileira teve como marco de discussões o ano de 1979, quando o Brasil firma compromisso em combater o tratamento desigual da mulher, na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a qual viria a ser, no ano de 1988, recepcionada pela Constituição Federal.

Além disso, Angela Maria Rubel Fanini, Marcia Santos Lopes e Gilberto Gnoato, em sua obra intitulada *Cultura da violência, dispositivo do amor-paixão, sexualidade e machismo: uma análise do discurso feminino em relacionamentos conturbados* (2017) cita que o tema é de extrema relevância, pois no Brasil o cenário de violência doméstica, ou seja, mulheres vítimas de seus parceiros, com homicídio, cresceu aproximadamente 21% nos últimos anos, estando o Brasil no quinto lugar entre os países que mais matam mulheres no mundo e que praticamente todos os casos são em decorrência de parceiros ou ex-parceiros (FANINI; SANTOS; GNOATO, 2017). Conforme o *Mapa da Violência* (2015), no Brasil, em 2013, 13 mil mulheres foram vítimas de homicídio. Porém, as pesquisas em si não apresentam o cenário quanto à violência psicológica e física, as quais abrangem as fases de desenvolvimento, desde os anos iniciais até a idade adulta (FANINI; SANTOS; GNOATO, 2017).

Apoiada aos fatos descritos acima e objetivando um olhar de carinho sobre as violências sofridas, como uma forma de mitigar os impactos que esses fatos representam para mulheres que sofrem tais atos, o presente estudo tem como

objetivo analisar a obra, de Vera Moll, *Mulher de Bandido* (1998). Trata-se de um romance ficcional, com personagens criadas a partir de vivências e histórias fantasiadas da autora. Porém, mesmo sendo tais informações fictícias, sabe-se que a violência doméstica tem um histórico anterior a presente obra, datada de 1998, pois se tem conhecimento que um caso extremamente relevante – que teve repercussão mundial – datou de 29 de maio de 1983, quando Maria da Penha Maia Fernandes, com 38 anos, na época – com ensino superior e extremamente independente – acordou com a sensação de não mais poder levantar, ocasionada por um tiro nas costas. Ela lutou contra a morte durante quatro meses, em um leito de hospital, e inicialmente acreditou na história contada por seu esposo, Marco Antonio Heredia Viveros, de que havia se tratado de um assalto à residência. Porém, após retorno para sua residência, Penha também foi vítima de outra tentativa de homicídio, quase tendo sido eletrocutada com um chuveiro elétrico pelo ex-marido.

Tal história tem essa narrativa evidenciada e transcrita no livro autobiográfico *Sobrevivi, posso contar* (2015), que demonstra, com riquezas de detalhes, todos os momentos daquilo que a autora acreditou tratar-se de tentativa de latrocínio e como era a relação que tinha com seu ex-companheiro. Somente em 2002 a violência sofrida teve uma punição: apenas três anos de prisão. Atualmente Marco Antonio vive tranquilamente, depois de ter cumprido menos de um terço da pena em regime fechado. Porém, a violência sofrida por Maria da Penha não foi em vão, visto que em 2006 foi sancionada a lei intitulada Maria da Penha, que investiga e pune a violência doméstica.

Assim, de forma específica, no presente estudo, quanto à obra ficcional de Vera Moll, serão investigadas as personagens (masculinas e femininas)

apresentadas, sob o ponto de vista da ação (pensamentos, palavras e ações) e o que as outras coadjuvantes falam delas. Além disso, serão verificadas as principais características das figuras femininas e masculinas elencadas, apresentadas possíveis características teóricas dos gêneros masculinos e femininos e, por fim será apresentada uma análise crítica sobre a cultura da violência doméstica no Brasil, a partir da obra de Maria da Penha, com seu relacionar.

Este estudo vem ao encontro da necessidade de compreensão de que a mulher está inserida na sociedade e de como o patriarcado – ainda tão presente nos dias atuais – permeia as relações e, por conseguinte, evidencia o grau de hierarquia desigual entre os conviventes. Desta forma, a presente pesquisa trará muitas reflexões quanto à obra, ora estudada, bem como quanto à violência doméstica com a delimitação no Brasil, razões pelas quais se sobrepõe a análise da obra ficcional, entendendo-a como relevante. Porém, deve-se também evidenciar as formas maculadas pelas quais o ser feminino transpassa no ambiente em que está inserido e como tais fatos denotam circunstâncias avassaladoras, principalmente no seio familiar.

Com isso, o capítulo inicial, denominado *Caracterização do ser mulher – representatividade e legitimidade*, tem como objetivo principal compreender o que se considera ser mulher, com uma análise reflexiva de como de fato deve ser a mulher e de como o homem a trata. Ainda, uma abordagem teórica quanto à representação da mulher na literatura. E, por fim, a compressão da escrita feminina e como a mesma tem relação com a literatura; qual a sua principal abordagem e se de fato há protagonismo em sua fala. Este segmento de reflexão analisará qual a identidade feminina e como a crítica feminina explica o lugar de fala da mulher.

O segundo capítulo, *Silenciar da mulher – violência doméstica na literatura*, busca compreender como ocorreu a violência por conta do gênero na literatura e como tal fato se apresenta no seio familiar; de onde surgiu tal necessidade, quando, no casamento, a mulher passou a sofrer violências – desde o ato para comprovar a união, com comprovação pela sociedade e por vezes sendo comemorado tal evento. E, também, a relação do que ocorre no dia a dia com a literatura, visto que a ficção imita a realidade em determinados casos, uma vez que a violência exposta na literatura é evidência do que ocorre na prática conforme o gênero.

O terceiro capítulo, *Escrita feminina – um breve desenhar sobre Vera Moll e suas obras literárias*, busca uma compreensão das obras da referida autora, com suas considerações iniciais. Ainda, uma breve sinopse e posterior detalhamento da ficção, objetivando compreensão quanto à violência sofrida pela protagonista e todas as mulheres, ora narradas. Observando que elas têm relação entre si e o mesmo destino: a violência doméstica de forma psicológica e física. Por fim, uma análise de como se dá o relacionamento da ficção com a literatura apresentada no decorrer do trabalho.

Com isso, esta pesquisa evidencia a compreensão quanto ao contexto histórico do gênero feminino, como de fato ocorreu sua violação, mesclando na literatura como a voz feminina sofreu e ainda sofre o silenciar e a submissão. Ainda, evidenciar, de forma prática, o que tal inferioridade extrapola, sendo a literatura o campo ficcional para casos reais e diários de violência doméstica no Brasil, os quais passarei a explicar detalhadamente nos capítulos a seguir, não objetivando esgotar toda e qualquer análise, uma vez que tal tema é de extrema relevância e se tem inúmeras vertentes possíveis para sua compreensão.

2 CARACTERIZAÇÃO DO SER MULHER – REPRESENTATIVIDADE E LEGITIMIDADE

Inicialmente, cabe destacar que, conforme Simone de Beauvoir em sua obra intitulada *O segundo sexo: fatos e mitos*, o “mundo sempre pertenceu aos machos” (BEAUVOIR, 2016a, p. 95) e esse contexto histórico permanece atual desde a pré-história, tendo a hierarquia sido estabelecida entre os pares, segundo a qual, quando duas categorias humanas estão em conjunto, uma busca a superioridade em relação à outra. Mesmo em determinadas situações, nas quais existem comprovações da superioridade das mulheres em relação aos homens, não se tem uma explicação concreta, mas, por algum motivo, o homem sempre buscou a supremacia em relação a elas. Talvez tenha alguma relação com o fato de a mulher, quase invariavelmente, passar por gravidez, parto, menstruação, os quais lhe deixam períodos longos de certa impotência e fragilidade, sendo necessária a proteção do companheiro – em tempos remotos – para que não corresse perigo e nem as crianças, frutos da relação procriativa, bem como a alta fecundidade, fator esse que justificava o cuidado de muitas crianças e a mulher não poder exercer seu papel de proteção.

Nesse sentido, Guacira Lopes Louro, em sua obra intitulada *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (1997), afirma que a palavra gênero e seu conceito têm uma questão histórica envolvida, relacionados ao movimento feminino, através das lutas pelo significado das opressões vividas e das discriminações sofridas (LOURO, 1997). Beauvoir (2016a, p. 12) explica que “A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”. Ainda, tem-se que:

Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é

sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (Beauvoir, 2016a, p. 12).

Com isso, observa-se que a figura feminina como gênero é relacionada a tão somente o outro, caracterizando-se como máxima que o homem é o essencial à sociedade e a mulher faz parte do que é essencial, não o sendo exatamente, e que, por conseguinte, sua função principal é o sexo em si.

Na obra *O que é lugar de fala?* (2017), Djamila Ribeiro reafirma a definição de mulher enquanto o outro da relação, que tem como objetivo principal colocá-la na posição de submissão e dominação por parte do homem e, assim, se ter a hierarquização dos papéis. Tal definição é extremamente antiga, sendo atribuída a estudos da mitologia antiga, quando já existia a definição do mesmo e do outro. A autora considera que a divisão das nomenclaturas não tinha relação direta com o sexo, mas com os habitantes de determinada região em detrimento a outra (RIBEIRO, 2017).

Ribeiro (2017) cita que Beauvoir coloca a mulher na posição de outro, como sendo um objeto, tendo apenas uma função. Tal olhar masculino sobre a definição tem relação direta com o não apresentar, de fato, todas as possibilidades para o sujeito feminino e, por conseguinte, ser considerada como outro.

Corroborando tal afirmativa, Joan Scott, em sua obra intitulada *Gênero, Uma Categoria Útil Para a Análise Histórica* (2016), exemplifica que, no contexto histórico, existe um tom irônico quanto ao conceito de gênero quando se considera que outras mulheres criticam como as mesmas se comportam, quando de suas reivindicações. Assim, observa-se que, de fato, a sociedade recrimina o

comportamento feminino combativo, prejudicando o debate relativo às questões de gênero.

Natalie Zeman Davis (1975) em sua obra intitulada *Women's History in Transition: The European Case* citado em Scott (2016, p. 10):

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-las. (DAVIS, 1975, p. 90 citado em SCOTT, 2016, p. 10).

Assim, segundo a autora, deve-se levar em conta a história como um todo e não se fazer a distinção entre os gêneros, uma vez que ambos – homens e mulheres – têm a responsabilidade de retirar o conceito de papéis impostos pela sociedade. Superar tal supremacia masculina é algo que ainda faz parte de inúmeras lutas sociais, as quais têm muito a conquistar.

Scott (2016) cita que a expressão “gênero feminino” quer significar “mulher”, visto que tem relação com as lutas realizadas por ela, as quais têm como objetivo a compreensão da desigualdade e tomada de poder. Porém, tal aspecto “gênero” como substituto de “mulher” de certa forma acaba por buscar informações sobre os homens, sendo necessário o estudo do “outro”, visto que o mundo da mulher tem relação direta e faz parte do mundo do homem.

Também, Louro (1997, p. 43) cita que é imposto que existe diferença entre homens e mulheres e que essa afirmativa é posta em evidência com a seguinte frase “e viva a diferença!”. Ainda, a autora cita que tais diferenciações têm relação

com questões biológicas e, por vezes, ao domínio sexual, sendo este o motivo da superioridade dos homens sobre as mulheres.

Desta forma, a divisão de gênero tem relação com o objetivo de criação de novos seres, uma vez que, em determinados casos da natureza, a reprodução – mesmo acontecendo de forma unilateral – deve ocorrer, para que se tenha uma mistura de cromossomos, entre os gêneros masculinos e femininos, simultaneamente (Beauvoir, 2016).

Segundo Louro (1997, p. 21), a desigualdade entre homens e mulheres tem relação biológica: “seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem científica, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual” reforça essa desigualdade. Ainda, o autor cita que, quanto às características sexuais, estas não são exatamente os fatores, mas sim um indicativo de como os gêneros são valorizados pela sociedade onde estão inseridos, considerando-se seus papéis.

Louro (1997) informa quanto às características sociais e relacionais dos papéis masculinos e femininos estabelecidos na sociedade para então ter definidos quais os comportamentos, roupas, modelos de relacionamento e, assim, fazê-los da melhor forma nas relações interpessoais, com o cuidado frente as desigualdades entre as partes.

Conforme explica Regina Dalcastagnè (2007), em sua obra intitulada *Imagem da mulher na narrativa brasileira*, embora os homens tenham ciência dos problemas relacionados ao feminino, mesmo assim não sentem de fato ou vivenciaram-nos, com isso não conseguem experimentar suas condições (DALCASTAGNÈ, 2007). Ainda, com o patriarcado tem-se a ideia de que o único criador do bebê no ventre da mulher é o pai, o homem, sendo a genitora apenas a responsável por carregar e alimentar a semente viva (BEAUVOIR, 2016a).

Robert W. Connell, em sua obra intitulada *Políticas da masculinidade* (1995, p. 190), demonstra que a “política de masculinidade” está convencionada na sociedade, sendo que os meninos e rapazes são criados com condutas e sentimentos que os fazem diferenciar-se das mulheres e dos seus comportamentos. Elucida também que, de fato, o ser, como gênero, é convencionado e moldado para ter tal marca, desde criança, através de um projeto em construção coletivo e individual.

Também, Sergio Gomes da Silva (2006), em sua obra intitulada *A crise da Masculinidade: uma Crítica à Identidade de Gênero e à Literatura Masculinista*, afirma que a sociedade considerava que, para que houvesse o conceito de masculinidade, esta deveria se dar no modelo tradicional, onde a personalidade do homem deveria seguir com o conceito de machista, viril e heterossexual. Neste contexto, ele jamais poderia apresentar questões emocionais; suas características deveriam se assemelhar às de um cavaleiro medieval, tendo como modelo principal os papéis de marido, amante, trabalhador e pai (SILVA, 2006).

Com tal afirmativa, pode-se perceber que a figura da mulher era a de manter-se inferiorizada em relação ao homem, limitada a tão exclusivamente estar em sua posição de submissão na sociedade em que vive.

Ainda, conforme Teresa De Lauretis, em sua obra intitulada *A tecnologia do gênero* (1994, p. 207):

A primeira limitação do conceito de “diferença(s) sexual(ais)”, portanto, é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados: ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada), o que torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou,

talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres. (DE LAURETIS, 1994, p. 207).

Com isso, observa-se que a figura mulher se diferencia entre si, não sendo possível analisá-la de fato, uma vez que ainda deve-se observar que a sociedade precisaria ser configurada com papéis próprios da mulher e do homem. O patriarcado sempre foi muito concreto, com a subordinação da mulher em relação ao homem, onde o macho tinha a necessidade de dominação (SCOTT, 2016).

Ainda, Nelly Richard (2002), em sua obra intitulada *A escrita tem sexo?*, postula que o “ser mulher” somente não é suficiente para o exercício crítico de feminilidade, como também o “ser homem” não estabelece que o sujeito deve ser partidário do poder da cultura oficial, o qual representa o patriarcado, que por si só já lhe estabelece benefícios para esta condição (RICHARD, 2002).

Também, Simone de Beauvoir, em sua obra intitulada *O segundo sexo: a experiência vivida*, desenvolve que “Na medida em que a mulher quer ser mulher, sua condição independente cria nela um complexo de inferioridade; inversamente, sua feminilidade leva-a a duvidar de suas possibilidades profissionais.” (BEAUVOIR, 2016b, p. 524). Sendo que tal fator de inferioridade, tem relação com a segregação social e política a que a mulher foi conduzida no contexto histórico, a qual teve como resultado sua “invisibilidade como sujeito” (LOURO, 1997, p. 17).

Por fim, somente no final do século XX tem-se uma preocupação em relação à análise da oposição masculino e feminino e o pensar nas “questões femininas”, ou mesmo a formação da identidade sexual subjetiva, buscando a compreensão entre o social e o sexo e, assim, a busca das feministas para a inclusão do termo e a explicação da desigualdade até então persistentes (SCOTT, 2016).

2.1 COMO SER MULHER?

Dito isso, primeiramente, cabe agora se descrever a definição de mulher. “A mulher? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la” (BEAUVOIR, 2016a, p. 31).

Assim, o gênero feminino é caracterizado apenas e tão simplesmente por ser uma fêmea, ou apenas uma reprodutora. Esse sentido cabe em todas as espécies, inclusive nos animais irracionais, nos quais se caracteriza a fêmea para o cargo de reprodução das gerações futuras.

Ainda, Judith P. Butler (2003), em sua obra intitulada *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, comunica que, para se compreender a identidade do sujeito feminino, tem-se a questão biológica do sexo e o gênero em si, o qual atende também a questão cultural. No entanto, no presente estudo, analisar-se-á a compreensão da mulher no seu lugar de fala quando da violência doméstica, sabendo que a sociedade tradicionalmente estabelece que a mulher deve casar ou, na sua maioria, ainda hoje, já foram casadas ou estão em vias de concretizar um casamento – e as que não o fazem, sofrem por não tê-lo feito (BEAUVOIR, 2016b).

Heleieth I. B. Saffioti (1997), em sua obra intitulada *Violência contra mulher e violência doméstica*, cita que a mulher – para que tenha o direito de viver em sociedade, como imposto de forma social – precisa constituir família, ter filhos, sendo que o patriarcado por si só já caracteriza sua paternidade, uma vez que o homem tem a dominação da relação familiar, onde o poder está relacionado com a proteção do território e de todos os seus vinculados.

Ainda, Louro (1997) explana quanto à forma que as escolas femininas tinham como base de sua estrutura curricular: horas e horas de trabalhos manuais, para que as futuras esposas fossem “prendadas”, sendo que a questão comportamental focava em bons modos, habilidades também trabalhadas academicamente.

Também, Michel Foucault (1987), em sua obra intitulada *Vigiar e Punir*, afirma que:

A disciplina “fabrica” indivíduos: ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante [...]; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos de Estado. (FOUCAULT, 1987, p. 153).

Com isso, observa-se que a sociedade, através do Estado, de fato, estabelece o modo que cada indivíduo deve seguir, para que exista um padrão entre as pessoas, sendo homens ou mulheres, de uma forma tão sutil que, de fato, passa a ser considerado como natural, por tratarem-se de práticas normais e rotineiras.

Ainda, Scott (2016) apresenta que o conceito de gênero se restringe apenas ao âmbito familiar, visto que está relacionado aos formatos sociais em que os homens – ou pais – devem trabalhar para prover o sustento de todos, e a mulher – ou mãe – fica incumbida das tarefas de criação dos filhos, organização da casa e da família.

Por vezes, a moça “dada” em casamento, pelos pais, acaba por adoecer até o rompimento do noivado, situação que, por muitas vezes, tem relação com o medo de sua entrega a um estranho, ou mesmo para ocultar experiências eróticas

anteriores que a marcam; pelo receio de ser descoberta por uma anterior perda da virgindade. Porém, com a pressão imposta, acabam decidindo pelo casamento, pela experiência de esposa e mãe; o fazem, no entanto, por ocultar algumas resistências, e acabam por viver uma vida conjugal fadada ao fracasso. Além disso, sabe-se que o homem, que “toma” a mulher e se coloca como figura masculina, tem mais opções para escolher com quem casar e o papel da mulher será fazer com que o mesmo tenha essa liberdade limitada pelo casamento (BEAUVOIR, 2016b).

Ainda, Beauvoir (2016) cita o que consta na doutrina de Hegel, enunciada na *Fenomenologia do espírito* (t. II, p. 25):

Mas as relações de mãe e esposa têm a singularidade, em parte como alguma coisa de natural que pertence ao prazer, em parte como alguma coisa de negativo que nelas contempla simplesmente seu próprio desaparecimento, é exatamente por isso que em parte também essa singularidade é alguma coisa de contingente que pode sempre ser substituída por outra singularidade. No fundo do reinado erótico, não se trata deste marido e sim de um marido em geral de filhos em geral. Não é na sensibilidade mas sim na universal que assentam essas relações da mulher. A distinção entre a vida ética da mulher e a vida ética do homem consiste exatamente no fato de que a mulher, em sua distinção pela singularidade e em seu prazer, permanece imediatamente universal e estranha à singularidade do desejo. Ao contrário, no homem, esses dois lados separam-se um do outro; e como o homem possui como cidadão a força consciente de si e a universalidade, adquire o direito do desejo preservando ao mesmo tempo sua liberdade em relação a esse desejo. Assim, se a essa relação da mulher se mistura a singularidade, seu caráter ético não é puro; mas na medida em que esse caráter ético assim é, a singularidade é indiferente e a mulher é privada do reconhecimento de si, como este si em um outro. (HEGEL, 1992, t. II, p. 25 citado em BEAUVOIR, 2016b, p. 196-197).

Observa-se, com a citação acima, que o desejo da mulher é diferente do desejo do homem, pois ela deve permanecer indiferente e não se expor; já ele

pode se expor, tendo sua liberdade preservada, podendo diferenciar-se dela em relação ao desejo. Nesse contexto, a mulher não pode nem se conhecer e saber distinguir seus desejos, e ainda deve carregar as frustrações aceitas e por vezes ridicularizadas pelos homens, que acreditam que o sofrimento dela tem relação com a maldição bíblica; ainda, que as dores da gravidez têm relação com a troca do prazer momentâneo, virando motivo de piada por muitos: “cinco minutos de prazer, nove meses de desgraça... entra mais facilmente do que sai” (BEAUVOIR, 2016b, p. 198).

Também, para Nadielene Pereira Gomes, Normélia Maria Freire Diniz, Ane Jacob de Souza e Tâmara Maria de Freitas Coelho, na obra intitulada *Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração* (2007), os papéis são impostos aos gêneros no âmbito familiar, cabendo à mulher a obrigação de delicadeza, sensibilidade, subordinação e obediência, pois ela é também responsável pelos afazeres domésticos. E, por conseguinte, o homem, tendo como característica a virilidade, recebe a responsabilidade de chefe do lar. As autoras ainda estabelecem que tais características corroboram a violência no convívio familiar, uma vez que as relações homem e mulher não têm igualdade entre si (GOMES et al, 2007).

O casamento é uma condição que o homem aceita não para ser amado, e sim para não ser enganado, sendo que não medirá esforços para que a mulher não tenha acesso à cultura, vedando o acesso a qualquer forma de informação, para que assim possa salvaguardar sua honra (BEAUVOIR (2016b).

Ainda, Roderick Phillips (1976), em sua obra intitulada *Womenand Family Breakdown*, citada em Scott (2016), apresenta que, em 1816, Louis de Bonald, decidiu pela revogação da legislação da Revolução Francesa quanto ao divórcio:

Da mesma forma que a democracia política “permite ao povo, parte fraca da sociedade política, se rebelar contra o poder estabelecido”, da mesma forma, o divórcio, “verdadeira democracia doméstica”, permite à esposa, “parte mais fraca, se rebelar contra a autoridade do marido”. Para manter o Estado fora do alcance do povo, é necessário manter a família fora do alcance das esposas e das crianças. (PHILLIPS, 1976, p. 217 citado em SCOTT, 2016, p. 34).

Com isso, caso necessário e a partir das condições financeiras da mulher, considerando-se o fato de ser casada, pode o divórcio ocorrer de forma livre, consentida entre as partes e, principalmente, com obrigações recíprocas, sendo o adultério uma denúncia para quebra do contrato celebrado. A mulher não passa a ter somente a obrigação de reprodução: ela passa a não se caracterizar pela servidão até então estabelecida pelo patriarcado. Porém, ainda se sabe que o momento é de transição, visto que o casamento moderno tem resquícios do passado, na medida em que a condição homem e mulher, enquanto relação, não tem igualdade, considerando que a figura masculina é autônoma e completa em relação à figura feminina, que ainda tem as características de doméstica e reprodutora, pois a sociedade assim as impõem (BEAUVOIR, 2016b).

Conforme citado por Beauvoir, “Se pretende permanecer plenamente mulher, é porque pretende também abordar o outro sexo com o máximo de possibilidades” (BEAUVOIR, 2016b, p. 508). Ou seja, a mulher precisa compreender e atender todas as características de tal gênero, sendo que, se assim não o quiser, poderá buscar uma profissão e liberdade econômica, acessando a forma masculina. A autora cita:

A mulher independente – e principalmente a intelectual que pensa sua situação – sofrerá enquanto fêmea, de um complexo de inferioridade; não tem tempo para consagrar à sua beleza cuidados tão atentos quanto a coque, cuja única preocupação é seduzir; por mais que siga os conselhos de especialistas, nunca

passará de uma amadora no terreno da elegância [...] A intelectual tentará fazê-lo ainda com maior zelo porque teme fracassar: mas esse zelo consciente é ainda uma atividade e não atinge seu objetivo. (BEAUVOIR, 2016b, p. 509).

Assim, observa-se que, caso a mulher quisesse ter sua independência, essa teria que se comportar como homem e ainda mostrar maior dedicação no que fosse responsável, visto que estaria sempre negando sua identidade enquanto figura feminina, que tinha como objetivo apenas se embelezar e ser elegante, caso essa não fosse sua vontade; teria que arcar com tais distinções na sociedade.

Mesmo tendo os homens aceitado a condição estabelecida pelas mulheres, essas passaram a não mais negligenciar sua feminilidade e atração sexual. No entanto, tanto homens quanto mulheres têm as mesmas necessidades sexuais, sendo que, para a figura masculina, a liberdade sexual e a busca por tais atos ocorrem de forma livre, não tendo que justificar a entrada de mulheres em sua residência, sendo que o contrário não é verdadeiro, visto que a mulher não tinha e não tem a mesma sorte em relação a levar alguém em sua residência, tendo como receio na manhã seguinte ser roubada, brutalizada e ameaçada. Conforme uma passagem citada por Beauvoir (2016) de uma mulher, divorciada, de aproximadamente quarenta anos, a qual sustentava seus três filhos crescidos e os velhos pais, buscava nas ruas a satisfação de seus prazeres:

Certas noites ia perambular pelas ruas e dava um jeito de pegar um homem. Mas certa vez, depois de uma hora ou duas passadas numa moita do Bois de Boulogne, o amante não consentiu em deixá-la partir: queria saber seu nome, seu endereço, queria revê-la, amancebar-se com ela; como ela recusasse, surrou-a violentamente e só a abandonou toda machucada e aterrorizada. (BEAUVOIR, 2016b, p. 512).

Com isso, observa-se que mulher não poderia agir conforme os homens, sendo a mesma ameaçada ou de fato agredida, conforme relato acima exposto pela autora. A aceitação social para determinadas atitudes não se justificaria pelo simples fato de ser mulher.

Também Louro (1997) evidencia que, para a mulher, acaba sendo natural se referir à sua profissão no sentido masculino: “eu, como pesquisador”, por exemplo. Algo semelhante ocorre caso um orador queira expor algo para uma sala repleta de mulheres e apenas um homem: sua colocação passa a ser no masculino do plural, pois trata-se de uma norma de linguagem.

Uma vez que o ser mulher está sendo questionado, conforme Nelly Novaes Coelho, em sua obra intitulada *A literatura feminina no Brasil contemporâneo* (1991, p. 93), “[...] dir-se-á: não o fazia antes? A mulher não se perguntava por si mesma? Não no mesmo grau, com a mesma freqüência e intensidade”. Conforme a autora, os questionamentos relacionados tanto à figura feminina quanto à masculina eram tratados como dúvidas quando de fato eram obrigação, e dos quais atualmente não se fala mais, mas foi considerado como crise feminina. Tais fatores, conforme a autora, fizeram com que se criasse uma “nova mulher”, com amadurecimento e consciência crítica para se posicionar e compreender seu papel na sociedade em que estava inserida.

2.2 A VOZ DA MULHER: REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE

Em sua obra intitulada *O demônio da teoria: literatura e senso comum*, Antoine Compagnon (1999) explica sobre os preceitos de Platão, o qual considerava que tudo era cópia e não produzido: o mundo real era apenas uma cópia do mundo ideal, ou seja, tudo era ilusório e para Aristóteles, seria como mimese (ou mimesis) a questão positiva, e, como tal fato poderia ser (fábula,

ficção), sendo este como a interpretação da realidade. Também, Julio Jeha em (1993), em sua obra intitulada *Mimese e Mundos possíveis*, estabelece que, desde Platão e Aristóteles, tem-se a ideia de mimese, onde a ficção tem relação direta com a realidade, tendo-se um contrabalancear entre os autores.

Assim, na relação direta da ficção com a realidade, esta pode ser manifestada, conforme José D'Assunção Barros (2005), em sua obra intitulada *A história cultural e a contribuição de Roger Chartier*, na cultura e suas manifestações de todos os formatos, que já estão inclusas no cotidiano das pessoas, visto que a partir do nascimento o ser humano já está inserido e produzindo cultura, sem nem ao menos ser artista, intelectual ou qualquer que o seja. Também, cita que o livro, como expressão máxima da cultura, traz consigo os problemas decorrentes, visto que o autor, no momento da escrita, está assumindo o papel de um produtor cultural. Além disso, o leitor também está produzindo cultura no momento da leitura, visto que recria o fato na mente.

No entanto, Regina Dalcastagnè (2002), em sua obra intitulada *Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea*, explica que a representação literária tem como objetivo evidenciar a voz, por vezes silenciada, de interesses sociais, através de seus grupos. Busca-se o debate na literatura, especificamente brasileira, quanto às classes marginalizadas, sendo esse lugar de fala relacionado à literatura, a qual fornece a representação da realidade.

Com isso, observa-se que, de fato, a ficção e a realidade se relacionam. Analisando de forma crítica, é possível a compreensão que de fato a ficção está relacionada com a verdade apresentada nas obras, uma vez que a mesma acaba

por expressar informações verídicas para que então se possa entrelaçar os fatos na literatura.

Para que se possa compreender a representatividade, tem-se que analisar como tal fato é visto em relação à sua inserção no contexto literário, pois, conforme apresenta Compagnon (1999), evidencia-se que existem divergências entre o texto e a realidade ou entre o texto e o mundo. O referido autor explica quanto ao termo mimesis: “Mas a mimesis foi questionada pela teoria literária que insistiu na autonomia da literatura em relação à realidade, ao referente, ao mundo, e defendeu a tese do primado da forma sobre o fundo, da expressão sobre o conteúdo” (COMPAGNON, 1999, p. 97).

Também, Barros (2005) informa que cultura tem relação direta com a linguagem, representação, prática cultural, pois o homem produz os objetivos relacionados à história cultural, a qual está vinculada à sua linguagem e prática cultural. E, ainda, os sujeitos produzidos, têm relação direta com a representação através da prática cultural, onde se tem os valores, formas, comportamentos e grupos sociais, os quais fazem parte do contexto cultural.

Ainda, Susana Bornéo Funck, em sua obra intitulada *Trocando ideias sobre a mulher e a literatura* (1994), explana que a literatura sempre foi compreendida como uma manifestação artística de determinado momento em que esta foi escrita; no entanto, observa-se que tal fato também tem relação com o cenário histórico da obra e, quanto ao gênero, tem-se uma assexualidade: no gênero feminino quase sempre ocorre a característica de inferioridade.

Conforme Rita Felski, citada por Greicy Pinto Bellin (2011) em sua obra intitulada *A Crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem*, nos apresenta que:

Podemos apreciar na literatura o que não apreciaríamos na vida; a arte não é um mero espelho ou documento do mundo social. Ainda assim nossos gostos estéticos e inclinações não podem ser completamente separados de nossas vidas e interesses como seres sociais. As críticas feministas concordariam com a observação de que a experiência estética é inseparável da memória, do contexto, do significado, e também do que somos, onde estamos, e de tudo o que já aconteceu conosco. (FELSKI citada em BELLIN, 2011, p. 8).

Com isso, pode-se compreender que existe um conflito entre o real e a ficção, a qual não é uma relação direta com o que é vivenciado no dia a dia, visto que, por vezes, os fatos apresentados na literatura seriam uma arte de determinado momento.

Porém, Compagnon (1999, p. 107) cita que “em conflito com a ideologia da mimesis, a teoria literária concebe, pois o realismo não como um reflexo da realidade, mas como um discurso que tem suas regras e convenções, como um código nem mais natural nem mais verdadeiro que os outros”. Desta forma, observa-se que a conclusão do referido autor evidencia que é possível uma representação através da realidade, a qual pode ou não ser considerada absoluta, e que a literatura pode ser vista como um discurso de representação e não apenas como uma reprodução do que de fato ocorreu.

Roger Chartier (1990), em sua obra intitulada *A história cultural*, afirmando que “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”, pode-se considerar que, por vezes, a representação tem uma verdadeira batalha para que de fato ocorra uma apropriação a partir das questões sociais decorrentes, resistência ou mesmo necessidade de ser representado de fato.

Butler (2003), considera que a representatividade da mulher tem relação com questões políticas quanto ao sujeito neste território. Também, no que diz

respeito à linguagem, quanto o que seria verdade ou não quando se trata de mulheres. Com isso, a autora apresenta a teoria feminina, no que se refere à forma de a linguagem ser tida como modo de representação de forma adequada, o qual pode ser caracterizado como “apropriação”, conforme citado por Chartier (1990, p. 27), com o seguinte conceito: “Apropriação, conjuntamente com as noções de representação e de prática, constitui precisamente a terceira noção fundamental [...], procura compreender as práticas que constroem o mundo como representação”.

Também, Anne Phillips(1995), citada em Dalcastagnè (2002), diz que:

É concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideias com os quais concordam. Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres per se? É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial. Mas uma assembleia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? Representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos. (PHILLIPS, 1995, p. 6 citado em DALCASTAGNÈ, 2002, p. 34-35).

Com isso, observa-se que a representação tem relação direta com o poder, uma vez que, quando se trata de questões políticas, o homem pode de fato representar a mulher, com suas ideologias semelhantes. No entanto, tal fato não se pode considerar quanto à representação da mulher como gênero; assim também não sendo possível a representatividade de um grupo de pessoas brancas em questões de igualdade racial. Com isso, o lugar de fala do gênero feminino não pode ser substituído pelo masculino, uma vez que não tem legitimidade para tal.

No entanto, muito se sabe quanto à questão de universalidade, ou da falsa sensação de a ter, quando se trata da mulher, pois por vezes ela se depara com um cenário crítico, que não atenta para suas particularidades e não se enquadra no paradigma masculino, tendo este como universal (FUNCK, 1994).

Jeha (1993) cita que o texto condiciona o autor com princípios reguladores de gênero, personagem, leitor implícito e ponto de vista e o gratifica ao vincular suas fantasias e satisfazer sua necessidade de um “sentido de mundo”, o qual, segundo o autor, pode interferir no mundo interno da leitura e, por conseqüência, interferir no mundo externo.

É necessário compreender que existe, no limiar feminino, uma ideologia machista, conforme afirma Heleieth I. B. Saffioti em sua obra intitulada *Rearticulando gênero e classe social* (1992, p. 10): “Não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero”. Com isso, tem-se que analisar o que pode estar intrínseco tanto no homem quanto na mulher.

Louro (1997) cita que, mesmo tendo estudos feministas que têm como objetivo demonstrar as formas de silêncio da voz feminina, através da opressão sofrida, percebe-se que todo o contexto histórico que a mulher vivenciou durante anos tem relação com a permissão e até mesmo vitimização pelos fatos e condições de subordinação, tendo-se o homem dominante e a mulher dominada. Estudos a respeito vêm buscando respostas para tal situação, nos quais se analisam as formas e locais onde ocorrem as resistências femininas, e também as perdas dos homens pelo vivenciar sua superioridade social.

Também, Ribeiro (2017) desenvolve quanto o subalterno jamais pode romper o silêncio, uma vez que o discurso masculino é absoluto, bem como tal poder não se sente confortável em silenciar, uma vez que, quando o outro da relação passa a falar, tais narrativas têm objetivo de narrar conflitos necessários para mudança, ou o que a autora chama de algo desagradável a ser falado para o sujeito da relação.

2.3 IDENTIDADE FEMININA NA CRÍTICA LITERÁRIA

Para uma melhor compreensão da identidade feminina na crítica literária, precisamos compreender como o gênero feminino é considerado pela construção social que determina. Assim, como afirmava Beauvoir, tem-se:

Todo mundo concorda em que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e, contudo, dizem-nos que a feminilidade "corre perigo"; e exortam-nos: "Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres". Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. BEAUVOIR (2016a, p. 09).

A mulher tem, segundo a autora, algo misterioso quanto à possibilidade de o sexo feminino não ser necessariamente mulher, o qual apresenta as classificações de gênero de uma forma sutil e encorajadora. Uma vez que a afirmativa apresentada no que tange a "ser mulher, permanecer mulher" intriga e remete à ideia de que a mulher pode ser mulher e após algum tempo deixar de ser.

Butler (2003) afirma que tal fator tem relação com os discursos políticos da identidade, como uma forma estratégica de estabelecer o "eu" através da oposição, uma vez que a imposição como gênero masculino está intrínseca na sociedade como forma de imposição da figura masculina.

Logo, observa-se que o gênero feminino, de alguma forma, somente se torna feminino a partir do momento que a espécie fêmea assim se transforma, e com isso, de alguma forma, corre perigo de não o ser. É considerada também como perdida no tempo e na forma em que está atuando, no que chamam de “eterno feminino” (BEAUVOIR, 2016a).

Também, Funck (1994) evidencia que o termo gênero tem relação com seu significado social, cultural e psicológico, relacionado com a questão de identidade sexual biológica, diferentemente da forma em que a pessoa foi gerada (macho e fêmea) e também da orientação sexual.

Ainda, Scott (2016) explica que os historiadores têm três posições teóricas a respeito dos fatos, sendo a primeira relacionada a buscar conceitos da origem do patriarcado, ou seja, à questão da subordinação ao macho dominante, com objetivo do desejo masculino para a perpetuação da espécie através da reprodução e, assim, não analisando a realidade da mulher no parto, com a avaliação da contradição do trabalho reprodutivo da mulher e a mistificação ideológica do homem; a segunda seria a tradição marxista, que busca o compromisso com as críticas feministas; e, por fim, a terceira, inspirada nas várias escolas psicanalíticas para compreensão, produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito.

A legislação e sociedade mundiais sempre corroboraram com uma inferioridade da mulher em relação ao homem. Tal fato pode ser amplamente configurado, conforme citação abaixo, de Lucia Osana Zolin, em sua obra intitulada *Crítica Feminista* (2009):

Na Inglaterra, a condição social da mulher na Era Vitoriana (1832-1901) foi tenazmente marcada por diversos tipos de discriminações, justificadas com o argumento da suposta inferioridade intelectual das mulheres, cujo cérebro pesaria

2 libras e 11 onças, contra as 3 libras e meia do cérebro masculino. (ZOLIN, 2009, p. 219).

Zolin (2009) apresenta uma tendência das feministas em relação aos atributos biológicos que são superiores aos do gênero masculino; em contraposição, os homens têm como ponto principal considerar a mulher como apenas seu útero e nada mais.

Constância Lima Duarte, em sua obra intitulada *Feminismo e literatura no Brasil* (2003), explica que o despertar feminino ocorreu através do que chama de “onda” do despertar, com intervalos de cinquenta anos entre uma e outra, iniciados em 1830, para que então tivesse o romper de barreiras da intolerância. Ainda segundo a autora, no início do século XIX as mulheres brasileiras iniciam suas primeiras fases com o aprender a ler e escrever, visto que isso era restrito apenas ao universo masculino até então, ou apenas para as meninas que estavam “guardadas” nos conventos até o casamento – as casas das professoras ou ensino individualizados que tinham como pano de fundo ensinar-lhes os dotes domésticos.

Também, corroborando a afirmativa acima, Muzart citado em Duarte:

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente. (MUZART, 2003 citado em DUARTE, 2003, p. 153).

Coelho (1991) cita que o despertar mencionado acima foi o *boom* da literatura feminina, a qual buscou apresentar a voz da mulher neste contexto, bem como analisar a discriminação vivida e o despertar para o novo, para sua transformação no campo da literatura. Assim, observa-se que, de fato, a mulher

procurou desbravar o mundo literário como uma forma de se retirar do contexto em que estava inserida, no ambiente familiar, e assim encontrar uma forma de pensar e expressar sua opinião.

Adriana Lopes de Araujo e Lúcia Osana Zolin em sua obra *Construção de personagens femininas em acasos pensados, de Luci Collin (2010)*, nos apresentam a questão da abertura na Crítica Feminina, em torno de 1970, no Brasil, com releituras de obras do ponto de vista feminino, as quais têm vivências diferentes do público masculino, com novos padrões, e a inserção da escrita quanto ao gênero e posteriormente o seu reconhecimento na produção literária.

Mesmo sabendo que, de fato, os textos literários escritos por mulheres no Brasil foram de alguma forma silenciados por uma sociedade patriarcal, a qual sempre teve sua predominância, a literatura encaminhava o feminino em uma situação de submissão e marginalidade. Posteriormente, tem-se uma nova roupagem quanto a questionar a condição mulher, através da representação, identidade e diferença, e assim fez com que a literatura de origem feminina passasse a ter temas de forma universal (ARAUJO; ZOLIN, 2010).

Cabe destacar que, nas décadas de 1970/1980, conforme citado por Carlos Magno Gomes em sua obra intitulada *Marcas da violência contra a mulher na literatura (2013)*, a mulher na sociedade brasileira tem uma relação de liberdade, com novos espaços, tendo, na ficção, papéis fora do ambiente familiar. E assim, as literaturas de autoria feminina se utilizam de abordagem da violência como cultura dominante (patriarcado) e submissão, ressaltadas pela sociedade através da família, igreja, escola e Estado, e ainda buscam de todas as formas rebaixar o corpo da mulher, desvalorizando e desprezando-a (GOMES, 2013).

Duarte (2003) apresenta algumas escritoras femininas que revelam esse contexto com traduções de textos vindos da Europa para o Brasil, com objetivo de evidenciar a forma pela qual a mulher era tratada no ambiente familiar. Esses textos não tinham como objetivo evidenciar uma revolta entre a classe, mas agir de forma estratégica e buscar uma mudança no comportamento masculino em relação ao feminino, além de também evidenciar as mulheres, para que com isso começassem a pensar na possibilidade de considerar sua emancipação.

Segundo Funck (1994), existem algumas fases da crítica literária de origem feminina:

1.ª fase	Desmascarar a misoginia da prática literária, ou seja, retirar as imagens da mulher como mostro ou anjo e também a exclusão da mulher na história da literatura.
2.ª fase	Deixou de utilizar apenas os textos masculinos como objeto de estudo e passou a investigar as obras escritas por mulheres, visto que existiam muitos escritos deixados de lado pela classe dominante.
3.ª fase	Uma nova roupagem na análise da construção de gênero e da sexualidade dentro do conceito literário, com isso as obras femininas foram reconhecidas.

QUADRO 01 – CRÍTICA LITERÁRIA FEMININA

Fonte: Funck, 1994 – adaptado.

Com isso, observa-se a evolução da escrita feminina, com uma valorização de materiais até então esquecidos pela literatura, visto que a história comprova o patriarcado estrutural e sim, a literatura também foi marginalizada pelos homens.

Com o passar do tempo e os acessos à informação para as mulheres, através de jornais anônimos, direcionados a esse público, também a emancipação feminina, mesmo que de forma tímida, em relação a cursos superiores, eram muito comemorados. No entanto, a literatura, o teatro e a imprensa masculina apontavam de forma a menosprezar tais atos, alegando que seria humanamente impossível

manter o casamento, cuidar dos filhos e exercer a profissão escolhida. Além disso, havia a resistência em se inserir a mulher de classe média e alta no mercado de trabalho, que era por vezes impedido, em virtude da dedicação do lar, sendo isso possível apenas para as mulheres de classe média baixa (DUARTE, 2003).

Com a evolução dos estudos, em meados de 1980, tem-se que tanto a masculinidade, a homossexualidade (visto que tal situação também estava marginalizada na história) quanto os estudos femininos, levaram as investigações quanto ao tema na literatura a um patamar de análise mais detalhada. No entanto, quando se trata de Brasil, tal crítica literária feminina e às questões de gênero não estão desenvolvidas como nos demais países como Estados Unidos, França e Inglaterra, não tendo o feminismo tomado tais proporções, até então, na referida data (FUNCK, 1994).

Quando se trata de escrita de “modo feminino”, esta tem relação com desafiar a questões ideológicas de representação (RICHARD, 2002). Ainda, a autora explica:

Reincorporar a escrita de mulheres às dinâmicas de entrecruzamento polêmico das séries, organizadas pelas tradições literárias, obriga a crítica feminista a pensar o feminino em tensão com o marco da intertextualidade cultural e não como uma dimensão que deve se manter isolada, ausente dos processos de normatização da cultura. (RICHARD, 2002 p. 136).

Portanto, a escrita feminina tem muito o que trabalhar para sair do idealismo de manter-se isolada e passar para um contexto literário e cultural. Pois trata-se de uma batalha que por vezes tem relação com o masculino e a cultura patriarcal, e ainda no que tange ao determinismo da relação sexo (mulher) e gênero (feminino) (RICHARD, 2002).

Assim se faz esta pesquisa: sobre o que é e quais são as razões para o caminhar de tal material, que buscando analisar o horizonte de expectativas, tenta encontrar, além do texto, o que de fato busca-se com tais reflexões na produção literária da mulher.

Também deve ser considerada a representação da mulher no mercado literário, a qual, segundo Dalcastagnè (2007), representa 30% do total de escritores editados. Isso se reflete ainda na quantidade de personagens do mesmo sexo, sendo apenas 40% do sexo feminino. Tal fato faz com que se reduza a voz da mulher e limite-se seu acesso como narradora, mais ainda como protagonista da história em si.

A autora também cita a proporção de personagens do sexo masculino e feminino, sendo que as mulheres criam mais personagens do sexo masculino, porém o contrário não é verdadeiro. Este fator pode estar relacionado à quantidade de escritores homens, bem como por estes não se sentirem confortáveis em escrever sobre mulheres, sendo um universo em que não estão inseridos. Mesma razão pela qual a mulher, em sua escrita, narra, com riqueza de detalhes, questões diversas do mundo feminino, o que não ocorre com o homem em suas obras quando se trata de detalhar as mulheres (DALCASTAGNÈ, 2007).

Dalcastagnè (2007) cita que, nas obras de escrita feminina, a mulher detalha mais sobre as mulheres indiferente da idade: sendo menina, jovem ou idosas. Quando se trata de sexualidade, tem-se um detalhamento maior quanto a cenas sexuais, talvez para que se marque o espaço no que tange à liberdade de expressão ou mesmo por evidenciar o ato pela perspectiva feminina. Também, quando se trata de maternidade, os escritores homens acabam por inserir em suas personagens mais filhos; já em relação à mulher, tal fato é reduzido.

É importante ressaltar, tanto nos estudos literários quanto na crítica da escrita feminina, a relação de poder entre os sexos (homem e mulher), tanto no âmbito privado quanto no público. Tal crítica se desenvolve quanto à orientação política, uma vez que busca base na ordem social em virtude de o gênero feminino ter, historicamente, seu desenvolvimento limitado pela sociedade (BONNICI; ZOLIN, 2009).

Segundo Richard (2002), a tradição e seu cânone de fato acabam por omitir ou mesmo marginalizar quando se trata de literatura feminina, com exceção de quando ocorre para o reconhecimento de uma falsa paternidade, ou mesmo quando a sociedade a entende como uma diferenciação, de forma discriminada.

Butler (2003) cita que a ficção linguística do “sexo” é algo produzido pela questão heterossexual, objetivando a redução da identidade homossexual, bem como a exclusão da mulher no contexto da linguagem.

Existem algumas críticas literárias que têm como objetivo estabelecer um nível temático, considerando a “imagem da mulher” como compartilhada entre a personagem e a autora (RICHARD, 2002). Ainda, a autora cita que:

Aquela crítica literária que pretende descobrir as caracterizações expressivas e temáticas do “feminino”, em correspondência linear com a “mulher”, costuma se basear em uma concepção representacional da literatura, segundo a qual o texto é chamado a expressar, de maneira realista, o conteúdo experiencial das situações de vida, que retratariam a “autenticidade” da condição-mulher, ou então, na chave feminista, o valor positivo-afirmativo da conscientização antipatriarcal. (RICHARD, 2002, p. 129-130).

Desta forma, observa-se que a literatura busca incansavelmente a compreensão da figura “mulher” e como esta deve ser representada para que se tenha uma inserção do contexto antipatriarcal e assim, por conseguinte, a figura

feminina seja exposta e expressa nas obras em que a mesma está inserida, retirando o contexto de ser inferior, mas concedendo o de protagonismo.

Nessa perspectiva, Richard (2002) quando questionada a respeito da diferença entre um texto feminino e outro masculino, atesta que as escritoras mulheres alegam que a linguagem não tem sexo, por conta de se sentirem de certa forma rebaixadas ou ameaçadas em decorrência de sua opção. Isso faz com que a escrita literária apresente marcas da violência sociomasculina, a qual carrega em si sinais da universalidade, com abusos de autoridade ao “ser mulher”, como ao diferente.

No entanto, deve-se observar que a super proteção da produção feminina acaba por fazer com que a batalha cultural, por ora estabelecida, coloque a figura mulher em um cenário de irregularidade social e faz com que o cidadão entenda como censura a expressão textual na escrita feminina. Nesse sentido, o que se busca é o desafiar ideológico dos modelos predominantes de representação (RICHARD, 2002).

Também, o que chama a atenção das escritoras femininas é que suas obras acabam por silenciar temas como aborto, problemas de fertilidade e até mesmo violência doméstica. Isso talvez tenha alguma relação com a negativa em demonstrar os dramas vividos, pelo sentimento de perda, ou mesmo por riscos e experiências vivenciados por tantas outras mulheres (DALCASTAGNÈ, 2007), os quais passarei a discutir no tópico a seguir.

3 O SILENCIAR DA MULHER – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA LITERATURA

Inicialmente, é importante compreender o papel da mulher no contexto da sociedade patriarcal, mais especificamente na retomada do tempo, conforme bem explana Nicole Loraux com o livro *Maneiras trágicas de matar uma mulher* (1988), a qual explica como a mulher era vista em relação ao homem no campo de batalha, sendo que, para o homem, em seu cortejo fúnebre, todas as honras e elogios possíveis são feitos, enquanto para a mulher apenas as lembranças não serão apagadas da memória de seu marido. Assim, fica evidente que a figura mulher é apenas associada ao âmbito familiar, sendo que se o marido falecer, essa não lhe poderia dar causa a qualquer assunto relacionado à mesma, através de elogios ou em tom de censura (LORAUX, 1988).

As censuras ocorridas no seio familiar se referem às teorias do patriarcado, pois, conforme Scott (2016), as teorias que permeiam tal desigualdade entre homens e mulheres são várias, primeiramente com análise interna do sistema de gênero, sendo que tem relação com a apropriação masculina em detrimento da reprodução feminina, os quais podem ser considerados como a diferença física de ambos.

Beauvoir (2016a) explana a necessidade do homem em estabelecer a divisão entre os gêneros, sendo que, de fato, a mulher jamais se opôs a seus próprios valores em detrimento dos valores deles; porém, a necessidade de dominação e transcendência da espécie fez com que a figura masculina impusesse tal determinação, visto que a mulher está presa a seu corpo em virtude da maternidade.

Também, Nisia Floresta (1989), em sua obra intitulada *Os direitos das mulheres e injustiça dos homens*, a qual evidencia o poder do homem sobre a mulher, afirma:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. Tudo isso é admirável e mesmo um muçulmano não poderá avançar mais no meio de um serralho de escravas. (FLORESTA, 1989, p. 35-44).

Com isso, observa-se que, de fato, a mulher também compreendia seu papel na relação conjugal, sendo considerada apenas como um objeto no seio familiar, sem necessariamente considerar-se como parte do todo.

Cabe frisar, quanto ao contexto histórico, no que diz respeito à quantidade de reproduções, os afazeres domésticos, sendo que, de fato, a submissão e o agir em relação ao homem fez com que a mulher sofresse pelo fato de ser mulher e de ter que se submeter às exigências do homem (BEAUVOIR, 2016a).

Quando se trata de morte violenta, Loraux (1988) informa que a tragédia que se estabelece neste formato de morte difere quanto à morte do homem, quando não existe um equilíbrio entre os fatos: para o homem, mesmo quando suicídio é caracterizado como sacrifício; quanto à mulher, se o mesmo ocorre, a morte é caracterizada como única saída para uma desgraça extrema.

Também, por vezes, o suicídio da mulher tem como objetivo a fuga, o abdicar de sua vida, “[...] saindo da vida dele, como deixam a cena: bruscamente” (LORAUX, 1988, p. 45). Com isso, observa-se que, de fato, a mulher, para se tornar livre da opressão na qual está inserida, busca pelo fim da vida. Ainda,

quando se trata de morte de mulher, essa é oculta, sendo que não se tem a morte e sim apenas a mulher morta (LORAUX, 1988).

Sendo que “é pelos homens que as mulheres morrem, é pelos homens que elas se matam com maior frequência” (LORAUX, 1988, p. 51), uma vez que ela geralmente tem relação com o casamento e a maternidade, e ambas ocorrem no quarto – e na cama do casal. Ainda, quando se fala em assassinato, tem-se como ponto principal, quando realizado pelo cônjuge, que, antes de realizar as vias de fato, ele convida a vítima para repousar com aquele que amava (LORAUX, 1988).

Para Lourdes Maria Bandeira, em sua obra intitulada *Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação* (2014), ainda hoje, século XXI, os crimes contra a mulher estão em um crescente, sendo que anteriormente eram tratados como crimes de honra, em virtude de possíveis traições. Os crimes já não o são, porém os argumentos ainda têm relação com os papéis que teoricamente a mulher deve manter no vínculo familiar, quais sejam, dona de casa, esposa e mãe. Evidentemente, o patriarcado e seu poder de dominação têm como justificativa os estudos feministas a respeito. E, quando se refere à morte no sentido figurado, ela acontece de tal forma que a sociedade a considera como sendo a iniciação da mulher na vida adulta, a qual passarei a explicar.

3.1 A MORTE FIGURADA DA MULHER - VIOLÊNCIA VELADA COM O CASAMENTO

A sociedade de alguma forma estabelece que a mulher deve seguir o caminho do casamento como uma forma de existir melhor, saindo da casa patriarcal que tanto a reprimia e assim justificar as razões em que a mesma está no mundo, com a perpetuação da espécie e a figura feminina no lar para educação dos filhos e o cuidado com a casa (ARAUJO; ZOLIN, 2010).

Historicamente, tem-se que a mulher é retirada do clã de que faz parte e passa ao grupo do seu esposo; e se ela tinha herança, essa era repassada ao esposo, visto que é considerada apenas parte do patrimônio do esposo, não tendo relação com a dignidade da pessoa. Assim, a moça passa da mão do pai para mão do marido, sendo uma prática comum as meninas, assim que nascidas, serem abandonadas pelos pais; caso as aceitassem, teria apenas uma ação de generosidade pelo ato (BEAUVOIR, 2016a).

Desta forma, a questão da morte da mulher também é estabelecida na literatura quando se fala em casamento, quando o cortejo nupcial leva a moça à morte de si, trocando a casa paterna pela do marido, como se tal fato fosse considerado uma execução ou sacrifício, sendo a vítima submissa, passiva, dócil (LORAU, 1988). Ainda, segundo a autora, o morrer, na literatura, de forma trágica tem o condão de ir até o fim do casamento, devendo-se seguir até o final, com a morte do seu marido. O termo coabitação terá seu objetivo.

Na literatura, inúmeros são os exemplares que descrevem a opressão feminina vivenciada pelo casamento, através da violência sexual, da violência simbólica – relacionada ao controle imposto, a violência em jogo, com o aprisionar das mulheres às fronteiras da ordem. Tendo maior evidência a partir dos anos 60, quando ocorre a luta da mulher para se libertar da opressão imposta pelo casamento (GOMES, 2013).

“Isso não significa que as mulheres trágicas não sejam esposas. Mas elas o são na morte – e só na morte, parece, pois só sua morte lhes pertence, e é na morte que elas consumam o casamento” (LORAU, 1988, p. 58). Desta forma, tem-se que a glória das mulheres somente ocorre com a morte.

Cabe frisar que o casamento tem uma relação de sacrifício, visto que a literatura coloca a mulher como tendo que ser virgem; deve escorrer seu sangue para que então o casamento seja consumado. Assim, essa relação pode se caracterizar pela moça como sendo vítima de tal ato e, por conseguinte, ser “submissa, passiva, dada, conduzida”, uma vez que a virgem passa de um tutor – o pai – para outro – o marido (LORAUX, 1988, p. 71).

Assim, a execução do casamento tem essa relação, quando em dado momento há o caminhar até o altar para a morte da virgem, morre por si mesma; quanto ao ato que se caracteriza pelo sangue da virgem, a forma violenta da ação comprova a consumação do casamento (LORAUX, 1988).

A entrega da moça de forma virginal para o marido lhe dá a certeza de que não há qualquer germe estranho nela, podendo ser propriedade integral e exclusiva dele, sendo a virgindade como algo de valor moral, místico e religioso. Sabe-se que em determinadas regiões da França, amigos do noivo aguardavam atrás da porta do quarto nupcial para rirem e cantarem até que o esposo aparecesse com o lençol com sangue, provando a brutalidade do ato (BEAUVOIR, 2016b). Tais relatos podem ser comprovados através de Stekel (1908), em *Estudos nervosos de angústia*, a partir da citação de Beauvoir (2016b):

Mme. H.N., educada muito pudicamente, tremia à ideia da noite de núpcias. O marido despiu-a quase com violência, sem lhe permitir que se deitasse. Tirou ele próprio a roupa, pedindo que ela o olhasse nu e admirasse o pênis. Ela escondeu o rosto nas mãos. Então ele exclamou: “Por que não ficaste em tua casa, imbecil!” Em seguida, jogou-a na cama e deflorou-a brutalmente. Naturalmente, ela se tornou frígida para sempre (STEKEL, 1908, n.p. citado em BEAUVOIR, 2016b, p. 208).

Observa-se que, de fato, a temida noite para consumação do casamento deixa por vezes a mulher frígida, pela violência sofrida através do ato, ocorrido para que se tenha de fato uma experiência angustiante e traumatizante. Se o cônjuge “respeita” o ato, pode despertar sensualidade imprópria na esposa, considerada falta de ética perante a sociedade. Há casos em que a mulher se torna mãe e até mesmo avó sem ter conhecido o prazer de fato, sendo necessário escapar da “mácula do dever”, buscando atestados médicos para não ter o coito, para que de fato não se tenha o erotismo feminino, o qual acaba assassinado para não ser sentido (BEAVOIR, 2016b).

Observa-se que os atos praticados pelos homens contra a mulher no seio familiar têm relação com a ideia de proteção da família, na qual o agressor, o cônjuge, na literatura, tem registros associados à sociedade patriarcal vivenciada, pela cultura dominante, de forma a disciplinar, como o tutor a que foi consagrado pelo casamento.

Desde o século XIX, a literatura registra tanto as sutilezas, como o horror da violência física e simbólica que sustentam a dominação masculina. Do término do casamento ao assassinato brutal da mulher, a honra do macho dá sustentação a essa barbárie tanto no plano social como ficcional (GOMES, 2013, p. 2).

Isso se evidencia quando a figura do agressor está relacionada a questões culturais e identitárias, as quais a literatura busca analisar pelo estudo de gênero, para que, desta feita, possa-se questionar a opressão e as formas de violência que a literatura apresenta e que têm relação com a violência doméstica vivenciada pelas mulheres, representada por Maria da Penha Maia Fernandes, a qual tem uma Lei com seu nome, em sua homenagem (GOMES, 2013).

Com isso, afirma Gomes (2013) percebe-se a importância da inserção cultural, na literatura, da presente lei, para que se tenha a democratização da

dignidade da mulher que se opõe a tudo que é inescrupuloso como chantagem, assédio moral, violência física e simbólica.

No Brasil, 77% dos assassinatos de mulheres têm relação com homens abandonados por suas companheiras, sendo que tais fatores vão ao encontro de crimes anteriores, de agressões físicas e sexuais (GOMES, 2013). Verifica-se, ainda, que tais agressões eram tidas como normais no âmbito familiar e tinham relação com a proteção da família pela figura masculina.

Ainda, observa-se que a violência doméstica, na literatura brasileira, está separada em simbólica e física, sendo a primeira relacionada ao casamento tradicional, caracterizando-se pela opressão, submissão, controle e humilhação sofridos pela mulher. Já na segunda, tem-se de fato a violência física e sexual, a partir de uma análise étnica, de classe e feminina (GOMES, 2013). Conforme explanado pelos autores lidos, tratam-se, no segundo caso, de depoimentos de testemunhas das vítimas, por isso essas falas serem descritas de forma a buscar legitimação da história da violência vivida por tantas mulheres e assim questionar tal vivência familiar.

3.2 CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO BRASIL – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS APLICAÇÕES JURÍDICAS

Bandeira (2014) relaciona a violência contra a mulher, objeto da presente pesquisa, com a fragilidade feminina em relação ao homem para justificar tais atos. Esses atos ocorrem no âmbito familiar e com relação à hierarquia homem – mulher, que a sociedade assim descreve como controle social e do Estado.

Para que se tenha uma melhor compreensão, cabe destacar a definição de interseccionalidade que Kimberle Crenshaw (2002), em sua obra intitulada

Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, aponta:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A partir de tal conceituação, pode-se observar que a autora remete a uma reflexão sobre a interação entre as diferenças sociais, ou seja, não se pode apenas identificá-las, mas localizar os pontos de intersecção. No documento citado, a autora busca formas de usar a interseccionalidade para adotar estratégias de enfrentamento de tal paradigma e garantir os direitos humanos com relação a gênero e raça, e assim as mulheres terem a mesma garantia, visto que para algumas a proteção ocorre de forma automática, mas outras acabam por ser mais vulneráveis em função do racismo, por exemplo.

Cecília MacDowell dos Santos, na obra intitulada *Uma década de lei Maria da Penha: percursos, práticas e desafios* (2017), organizado por Isadora Vier Machado, explica o conceito de interseccionalidade:

Refere-se ao cruzamento de sistemas de opressão e de privilégio, como o (hétero) patriarcado, o capitalismo e o racismo, que estruturam as relações sociais com base em categorias historicamente situadas, tais como, classe social, gênero, raça, etnia, orientação sexual, deficiência, entre outras, (re)produzindo relações desiguais de poder e moldando a formação de identidades individuais e coletivas. (MACHADO, 2017).

Os estudos no Brasil, em relação à violência doméstica, priorizam a questão unidimensional do gênero apenas, sem uma relação direta com a interseccionalidade entre essa e outras categorias. A legislação também não incorpora tais abordagens, mesmo tendo algumas medidas na aplicação da Lei Maria da Penha em casos em que a vítima é deficiente, quanto à raça e orientação sexual; no entanto, a definição de violência doméstica tem apenas a categoria gênero (MACHADO, 2017).

Antônio C. Maia, em sua obra intitulada *Sobre a analítica do poder de Foucault* (1995, p. 89), cita que:

Há nas relações de poder um enfrentamento constante e perpétuo. Como corolário desta ideia teremos que estas relações não se dão onde não haja liberdade. Na definição de Foucault a existência da liberdade, garantindo a possibilidade de reação por parte daqueles sobre os quais o poder é exercido, apresenta-se como fundamental. Não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta (MAIA, 1995, p. 89).

Quanto se tem o poder garantido, o enfrentamento passa a ser constante, ou seja, havendo a liberdade, pode-se escolher entre a revolta ou simplesmente sair de cena. Exemplificando tal fato, a violência doméstica é um tema extremamente relevante e ocorre há longa data, com a história de Maria da Penha, biofarmacêutica, a qual por 23 anos foi agredida pelo marido e sobreviveu a duas tentativas de homicídio – uma delas que a deixou paraplégica. Ela esperou quase 20 anos para que seu agressor fosse punido pelos atos praticados. Tais fatos foram narrados por ela mesma em seu livro *Sobrevivi, posso contar*, somente em 1998. Com auxílio de Organizações Não-Governamentais, a denúncia chegou à Corte Interamericana de Direitos Humanos, a qual fez com que o Brasil fosse

condenado por negligência, devendo então criar políticas públicas a respeito do tema, para atender situações semelhantes a que Maria da Penha sofreu.

Tal biografia apresenta, de forma detalhada, os danos sofridos por Maria da Penha, os quais a fizeram passar por sofrimentos, iniciados com a repressão psicológica, com o distanciamento dos familiares e dos amigos. Uma certa noite ela vivenciou um momento aterrorizante, no qual o seu cônjuge desferiu um tiro à queima-roupa nas suas costas. Maria da Penha foi socorrida e, como justificativa, seu marido alegou que um bandido havia entrado na residência, sendo que, para ocultar o fato, ele atirou no seu ombro como forma de não sofrer punições.

Posteriormente a este fato, após ser diagnosticada com paraplegia, tinha seu agressor a seu lado, realizando os cuidados dela, limitando cada vez mais o acesso dos familiares e amigos de Maria da Penha, ou qualquer pessoa que tivesse a intenção de ajudar. Foi então que ocorreu a segunda agressão, fazendo com que quase fosse eletrocutada na banheira da residência, porém a mesma conseguiu se salvar e buscar ajuda Jurídica. No entanto, como não havia nenhuma legislação pertinente à violência doméstica no Brasil, ela teve ajuda internacional para sua proteção e hoje poder contar sua história a tantas mulheres que sofrem agressões semelhantes em casa e, por vezes, por medo, acabam por omitir os abusos sofridos, sejam eles psicológicos ou físicos.

Dessa forma, após a elaboração da lei n.º 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, precisamente nos anos de 2011 e 2012, foi realizado novo levantamento da violência cometida contra mulheres no Brasil. E com os dados nasceu a necessidade de implementação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a qual ficou conhecida como CPMI da violência doméstica, que teve como principal objetivo investigar a situação da violência contra as mulheres no

Brasil e possíveis omissões do poder público em relação à aplicação de instrumentos para proteger as mulheres em situação de violência (SENADO, 2012, p.10).

Na mencionada CPMI, ficou evidente a situação de mortalidade feminina por questões de gênero, e desta surgiu à necessidade de criar a qualificadora do feminicídio. Diante dos dados apresentados pela CPMI da violência doméstica, seguiu para a Câmara dos Deputados o projeto de lei n.º 8.305/14, que solicitava a inclusão do feminicídio como qualificador do homicídio, sendo, neste contexto, criado o inciso VI do parágrafo 2.º do Artigo 121 do Código Penal.

Finalmente, em 9 de março de 2015, a lei n.º 13.104/2015 foi sancionada, tornando o crime de homicídio contra mulheres homicídio qualificado, por questões de gênero, saindo da pena de homicídio simples 6 (seis) a 20 (vinte) anos, para 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

A lei n.º 13.104/2015, conforme explicado, tipifica o feminicídio como o homicídio praticado contra a mulher “por razões da condição de sexo feminino”. Neste contexto, tem-se que o feminicídio não é aplicável a todo e qualquer homicídio cometido contra a mulher.

Conforme pesquisas do IBGE (2020), tem-se que os cuidados principais estão concentrados em grupos de mulheres idosas (52,5%), mesmo com redução, conforme quadro abaixo em relação a 2009 (66,5%). Também, observa-se que os outros grupos de mulheres tiveram um aumento na sua participação de cuidado do Poder Público (IBGE,2020).



FIGURA 01 - GRUPOS DE MULHERES ATENDIDAS
Fonte: IBGE, 2020.

A questão voltada aos atendimentos tem relação direta com o fato de a informação conter subnotificações, pelo próprio medo de denunciar o agressor. Assim, conforme pesquisa realizada pela DataSenado (2009), 83% das mulheres ouvidas informaram que conhecem ou já ouviram falar sobre a Lei Maria da Penha, porém apenas 58% souberam informar quais seriam as formas de proteção. Ainda, quanto à denúncia, apenas 4% acreditam que as vítimas costumam denunciar o agressor, sendo que de fato apenas 45% informaram que denunciam “às vezes” e 51% não denunciam. Para evidenciar tal situação, das 827 entrevistadas, com a presente pesquisa da DataSenado, 160 informaram que sofreram agressões, porém apenas 81,3% conheciam sobre a Lei.

Tal pesquisa (DATASENADO, 2009) ainda questionou sobre os motivos que as impedem de denunciar os agressores, sendo que a principal delas é o medo

do agressor, com 78%. Ainda outras motivações têm relação com a não possibilidade de retirar a acusação, a qual representa 62%.

Assim, buscando o conceituar da obra com o contexto do silenciar da mulher na sociedade patriarcal, pode-se observar que mesmo com a Legislação buscando formas de punir os agressores, ainda assim muito se deve observar quando se trata da representação de gênero.

4 ESCRITA FEMININA – UM BREVE DESENHAR SOBRE VERA MOLL E SUAS OBRAS LITERÁRIAS

Vera Lúcia Gonçalves Moll nasceu em 08 de agosto de 1945 na cidade de Campos Goytacazes, Rio de Janeiro, porém, viveu grande parte da sua juventude na cidade do Rio de Janeiro, onde cursou Filosofia pela Faculdade Santa Úrsula e atuou no magistério, até seu casamento e filhos.

É escritora ficcionista e memorialista desde 1981. Seu estilo tem características maduras na escrita e busca uma relação direta com os acontecimentos da época em que está inserida. Exemplo se dá com sua primeira obra intitulada *Teias de aranha* (1981), cujo objetivo é uma análise crítica e quase profética quanto à força colonizadora dos Estados Unidos sobre o Brasil e o mundo, quando menciona em seu livro Nova York e a destruição de Sodoma.

Um homem delicado (1996) surge após 15 anos da primeira obra, tendo como objetivo desmistificar as aparências impostas pela sociedade, buscando um olhar antes obscuro.

Objeto do presente estudo, *Mulher de bandido* (1998) é o terceiro livro de Vera Moll, que tem como objetivo uma análise entre os conflitos existentes entre homem-mulher, com foco em histórias de mulheres apaixonadas e também frustradas por relações vinculadas a drogas, pobreza e crimes.

Em 2001, após anos de pesquisas, surge a obra intitulada *Meu adorado Pedro*, que tem a história do Brasil sob outro enfoque, qual seja, Dona Leopoldina, filha de Francisco I, imperador da Áustria. Retrata os dramas vividos por ela quando chegou ao Rio de Janeiro, não sendo amada pelo príncipe e falecendo dez anos depois, deixando, na ocasião, cinco filhos, dos quais um deles tratava-se de Dom Pedro II.

Posteriormente lançou *O vestido vermelho* (2011), livro premiado pelo Prêmio Cruz e Sousa de Literatura, da Fundação Catarinense de Cultura, com a história de Cristina, que assim como tantas outras mulheres, se submete a abrir mão de seus sonhos em detrimento dos filhos e do marido.

E, por fim, *Barão do Café – memórias de uma família brasileira* (2013), escrito com Sonia Gonçalves Mileipe, romance que conta a história de dezesseis filhos do barão, com riqueza de detalhes e fotos para ilustrar as informações.

Em crítica escrita por André Rangel Rios, diretamente na obra *Mulher de bandido* (1998), de Vera Moll, ele desenvolve vários pontos relevantes quando se trata do estudo imposto pela autora no romance, como por exemplo a narrativa como confissão dos atos cometidos pelas personagens, como se as mesmas fossem “possuídas” pelos fatos vividos, concedendo, assim, um caráter menos realista a eles. Isso faz com que o leitor tenha a compreensão das narrativas, as quais têm personagens com suas histórias individuais, que se vinculam de forma harmoniosa no coletivo e se entrelaçam.

A crítica lida, sobre este romance de Moll, fornece ao leitor algumas pistas para o fato de não se ter outras análises relacionadas à obra, podendo indicar razões para o seu silenciamento, objetivo da presente pesquisa.

A partir do tópico abaixo, teremos uma sinopse da obra intitulada *Mulher de Bandido* (1998), para que, desta forma, se tenha uma melhor compreensão das personagens, dando ênfase às mulheres, com sua voz aberta e clara sobre as violências vividas.

4.1 A VOZ DA MULHER – CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A OBRA MULHER DE BANDIDO

O livro aborda casos de violência doméstica vividos por mulheres que têm suas histórias entrelaçadas de forma rítmica e harmoniosa, ou seja, existe relação entre as personagens, mesmo que as histórias sejam diferentes entre si.

Inicialmente, a história é narrada pela protagonista, Ana Lúcia, mãe de duas filhas, casada com Carlos, que é usuário de drogas. Com o passar do tempo, ela descobre que ele continua com a dependência química, vício doentio e perigoso para ela e as meninas, frutos da relação. A família dele sempre soube de tudo, porém jamais ajudou Ana a se desvencilhar de tal relacionamento.

A personagem principal tenta buscar tratamento para seu marido, bem como afastar suas filhas do lar, por conta do agir violento de Carlos e da aquisição de uma arma de fogo, que representa perigo para todas. Mesmo buscando todas as formas de salvar seu casamento e sua família, Ana Lúcia, após uma terrível agressão sofrida, decide sair de casa e buscar a separação. Porém, como seu cônjuge sempre foi extremamente violento, ele acaba por armar uma emboscada para ela, ocasionando sua morte desfigurada, por conta de pontapés que atingiram seu rosto.

No entanto, a cena de morte da protagonista ocorre apenas no último capítulo, narrado por Margarida, que busca de alguma forma compreender as razões pelas quais a personagem principal viveu, e tantas outras mulheres que, de alguma forma, cruzaram o caminho dela.

O livro também conta a história da personagem Rita, empregada de Ana Lúcia, que ela conheceu em um trabalho, no Carnaval, em Guarapari. Ela, uma moça simples, que perdeu um bebê ainda no ventre, muito nova, acarretando uma depressão, que a levou a buscar formas de tirar a própria vida. No entanto, mesmo

com essa vontade, sua principal característica é não conseguir ficar sem um homem ao seu lado, o que lhe causa grandes transtornos, pois em uma grande maioria tratam-se de pessoas cuja índole causam danos em sua vida.

Essa personagem tem sua vida entrelaçada com a da personagem principal de forma definitiva, quando, após ter sofrido outro aborto e ter sido abandonada pelo companheiro, pois o mesmo não queria ter o filho com ela, vai trabalhar na casa de Ana Lúcia. A história se desenha com o cotidiano de sua vida e seus amores, porém ela presencia cenas de agressões vividas pela protagonista, bem como tem informações quanto ao vício que Carlos continua tendo com as drogas. Entretanto, nada faz em relação a ajudar a patroa a se desvincular de tal casamento fadado ao fracasso.

Mariana, a terceira personagem do romance, é cunhada de Ana Lúcia. Tem uma vida teoricamente feliz, casada com Henrique, homem carinhoso, que lhe permite não trabalhar e ter uma vida tranquila. No entanto, tal tranquilidade lhe causa melancolia e faz com que busque incansavelmente um amante, pois, assim como suas amigas, jamais será descoberta pelo cônjuge.

A personagem tem contato direto com a protagonista, sabe de todos os problemas que a mesma vivencia, porém apenas comenta com outras pessoas próximas que não concorda com a forma como Ana Lúcia vive a vida, cuidando do marido, das filhas, bancando todos os gastos da casa. Também soube quando Carlos comprou um revólver e causou verdadeiro pavor a todos, no entanto, nada fez para evitar a tragédia.

A história de Regina, prima da protagonista, é uma das maiores violências sofridas, principalmente a sexual, pois foi criada na zona rural, cuja principal característica dos homens da região é a brutalidade, no regime patriarcal de fato.

Ela, muito nova, sofreu abuso sexual, o que lhe resultou em uma gestação não consentida, que a fez entregar o bebê, quando nasceu, para seu irmão criar. Com o desenrolar da trama, alguns homens passam por sua vida, porém com Geraldo começa um relacionamento sério, mesmo depois que ele descobre que ela não é mais virgem e começa a tratá-la de forma grosseira, o que só aumenta com o casamento.

Regina e Geraldo buscam incansavelmente ter filhos, frutos da relação e, quando não conseguem, decidem adotar duas crianças. Porém, nem mesmo após tais fatos a violência diminuiu; pelo contrário, apenas fez com que aumentasse. Em decorrência de tais circunstâncias, Regina decide sair de casa, deixando as crianças com o pai. Porém, após este fato e buscando outros relacionamentos, acaba por se envolver com um homem que, quando ela engravida, a abandona, fazendo com que a mesma tenha um aborto espontâneo.

Marisa, também prima da protagonista, tem um relacionamento que às vistas da sociedade era considerado como perfeito, porém vive a violência psicológica, pois seu marido Claudio não lhe permite ter contato com ninguém de sua família ou mesmo amigos próximos. A situação se complica quando ele traz, para viver com eles, Marcio, seu amante, com quem declaradamente vive uma relação homossexual.

O relacionamento de Marcio e Claudio também é marcado por violências, porém na situação ocorre o inverso, visto que o marido de Marisa é quem sofre as agressões e em contrapartida acaba por descontar tais atos na personagem, que vive enclausurada e com medo de contar às pessoas sobre a forma como é tratada.

O fim dessa personagem é uma casa de repouso, após uma briga que aconteceu entre Marcio e Claudio, visto que o amante de seu marido tinha como objetivo obter vantagens financeiras, o que acontece quando descobre uma bolsa com dólares no forro da casa. Porém, quando estava fugindo com o dinheiro é descoberto por Claudio, que acaba morrendo com um tiro à queima-roupa.

E, finalizando o romance, tem-se Margarida, que também é prima de Ana Lúcia e cujo objetivo é refletir sobre todos os fatos que aconteceram com a personagem principal da trama, incluindo o relato emocionante da morte e a cena do velório, que por si só causa tamanha tristeza aos personagens e principalmente para o leitor da obra.

Acordei com um sonho ruim, Ana Lúcia vinha caminhando em minha direção, mas de repente caiu no chão, tento acudir, ela está fria, o rosto é uma poça de sangue. O povo diz que morte no sonho é vida longa para a pessoa, quem sabe a vida dela melhora agora que resolveu largar o Carlos, mas sangue, sangue não é coisa boa, sangue derramado... (MOLL, 1998, p. 191).

Tal transcrição evidencia os detalhes vividos pelas personagens, mesmo que em sonho, tais informações objetivam profundas reflexões e tragédias que marcam a vida de cada uma delas de forma individualizada e se complementam pela relação de parentesco ou laços de amizade.

Também, tal personagem apresenta indagações sobre o estar presente na vida das mulheres, auxiliando quando necessário, sabendo que elas são vítimas de violência doméstica, no seio familiar. Uma pessoa que, de fato, busca uma vida conjugal sem dramas, sem mágoas, sem vestígios de sofrimentos. Porém, nada fez em relação a nenhuma das vítimas. Como a personagem relata, foram três as Anas que sofreram as agressões e resultaram em morte: a primeira, sua prima, Ana

Lúcia; após, sua costureira, Ana Maria; e por fim, a mulher do seu amante, também Ana Maria.

Com isso, a obra apresenta histórias de personagens fictícios, vítimas de violência doméstica, sendo elas físicas e psicológicas, porém, também traz consigo reflexões para o fato de as mulheres, mesmo tendo uma relação direta, não conseguirem ajudar umas às outras a se desvencilharem de tais relações doentias e que resultam, em sua grande maioria, em morte.

A partir de tal sinopse do livro, objetiva-se abaixo, a transcrição de trechos da obra, para uma análise detalhada dos fatos e circunstâncias vividas pelas personagens, que muito têm a mostrar sobre a violência. Mesmo que de forma ficcional, elas têm relação direta com o que de fato ocorre em muitos lares: a violência doméstica.

4.2 ANA LÚCIA E AS VIDAS INFELIZES DA OBRA

Inicialmente a história é contada pela protagonista, Ana Lúcia, em 1.^a pessoa, a qual relata algumas lembranças vividas, bem como o planejamento de uma viagem de Carnaval para Guarapari. Tal viagem tem como objetivo o derrubar de paredes de uma vida de infelicidade. Busca convidar pessoas próximas a ela, que possuem histórias de infelicidades comuns entre si, assim como Margarida: “Ela é minha amiga porque somos primas e fomos criadas juntas e somos ambas infelizes, eu e Margarida” (MOLL, 1998, p. 14). Também, Regina, vai para o Carnaval, porque para Ana Lúcia, mesmo tendo dúvidas quanto a ser sua amiga, ambas têm em comum sua infelicidade “ela também quer derrubar as paredes e ir para o meio da rua” (MOLL, 1998, p. 15).

O muito pensar sobre o termo felicidade ou infelicidade, faz com que se tenha sobre elas muitas definições. Segundo o Dicionário Online de Português, tem-se felicidade por: “Sensação real de satisfação plena, estado de contentamento, de satisfação. Condição da pessoa feliz, satisfeita, alegre, contente. Estado de quem tem boa sorte. Circunstância ou situação em que há sucesso” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2020).

Assim, observa-se que, de fato, a felicidade pode ter relação com estar pleno em uma situação, a qual a protagonista questiona se tem relação com ter dinheiro ou não; que não o tendo, pode ter relação direta com a miséria, porém o que mais lhe causa reflexão é que, indiferente ao dinheiro, a paz é que faz com que a pessoa seja feliz.

As pessoas felizes podem não ter tudo que querem nas têm uma coisa essencial, a paz. Sabe como eu me dei conta dessa verdade? Levando porrada, não só da vida, mas porrada na cara mesmo, levando porrada da pessoa que eu amo e a quem cofiei minha vida. (MOLL, 1998, p. 15).

Com isso, observa-se que de fato a felicidade é determinada pelo momento em que a pessoa vive, as razões que lhe fazem prosseguir com seus objetivos e ideais. No entanto, a mesma relata que o principal para se estar feliz é ter paz: mesmo não tendo todo o dinheiro que se pode ter, mas não sofrer violências, sendo de ordem moral ou mesmo físicas, isso a levaria a tornar-se uma pessoa feliz.

E assim, não tendo paz, desejar a morte era algo corriqueiro para a protagonista e também para sua mãe, sobre quem ela relembra: “[...] quando eu era pequena, olhava espantada pra minha mãe, houve um tempo, e eu era bem pequena neste tempo, em que todos os dias ela pedia a morte” (MOLL, 1998, p. 15).

Ainda, muito citado pela protagonista que a felicidade é feita de momentos, que ninguém pode ser considerado feliz ou mesmo infeliz, o Carnaval seria um momento feliz, com pessoas que não desistiram de buscar tal propósito (MOLL, 1998).

Tais relatos apontam para um desenhar das personagens em seus estados de felicidade, pois para ela ninguém é feliz o tempo todo, sendo apenas momentos em que se pode estar feliz ou não. Observa-se que tal definição pode ser considerada, pois mesmo a pessoa sendo avaliada como feliz, acaba por viver momentos de angústias e sofrimentos que lhe fazem danos de menores ou maiores proporções, os quais dependem da circunstância e do momento vivido.

No caso da protagonista, Ana Lúcia acreditava que vivia um relacionamento feliz, porém, com o decorrer dos fatos, descobre que seu marido Carlos sempre foi dependente químico, mesmo antes do enlace matrimonial, quando tal informação foi ocultada pela família dele, principalmente pela mãe, pois “dos filhos, ela só conta as coisas boas” (MOLL, 1998, p. 16).

Percebe-se que essa situação pode ocorrer nos lares, logicamente, não a generalizando, mas para a mãe os filhos sempre serão boas pessoas e, se possuem algum atributo que seja divergente do considerado normal, mesmo em tais situações, o fato acaba sendo considerado de menor potencial e diminuído em proporções até que sejam irrelevantes quando se trata do todo.

Também não se pode desconsiderar o fato de que a protagonista estava apaixonada e que o seu marido não dava indícios de vícios, pois se formou, trabalhava, passava todo o dinheiro para os gastos da casa. Assim, jamais acreditou que ele ainda sofria tal dependência “se soubesse desde o começo, teria

feito ele procurar tratamento e enfrentar o problema e nós não teríamos passado por tudo que temos passado” (MOLL, 1998, p. 22).

Tal relato evidencia que, mesmo que soubesse que Carlos era usuário, buscaria ajuda, não o abandonaria, o que mostra que de fato ela aceitava a violência vivida como resultado do vício e não pela índole do marido – o que geralmente se tem como principal característica, em situações semelhantes, no cotidiano da sociedade.

Há relatos, no romance, que o relacionamento vivido pela protagonista ocorreu de uma forma que Ana Lucia soube, ainda durante o noivado, que Carlos era usuário de drogas. Com isso, nas alegações de que a família de seu marido não lhe contou que o mesmo era usuário se contradiz, pois tenta de todas as formas buscar culpados para as violências vividas e aceitas. Assim, mesmo sabendo do que ocorria com seu cônjuge, acreditou que tal fato seria algo passageiro e que poderia, de alguma forma, alterar a situação. Porém, isso não ocorreu: a protagonista estava sempre com medo da reação violenta do seu marido, mesmo na fase em que o mesmo estava em tratamento; o medo estava sempre presente, evidenciado pela informação de que, por vezes, dormiu com uma faca escondida embaixo do colchão, com o receio de alguma ameaça de morte.

O medo estava sempre presente em Ana Lúcia. Ela buscou, na viagem para Guarapari, uma forma de retomar uma felicidade perdida em decorrência do relacionamento vivido “não posso deixar que Carlos me mate, não posso deixar que ele se mate, preciso proteger minhas filhas, não posso deixar que ele mate nossas filhas” (MOLL, 1998, p. 23-24).

O viver com medo talvez traga consigo traumas em uma vida inteira, pois a pessoa busca de todas as formas sair de tais dramas, porém não consegue se

desvencilhar. E faz com que continue em um emaranhar de fatos que lhe causam ainda mais medo de acordar em um belo dia e ser surpreendida com situações que saem do contexto em que acreditava estar protegida.

Das lembranças, a protagonista recorda-se do ciúme que seu marido tinha: das amigas, das pessoas, inclusive das filhas do casal. “Carlos tinha ciúmes, das filhas, das amigas que eu fizera na pracinha, Carlos tinha ciúmes porque agora os homens me olhavam na rua, perdi o jeito de menina, eu agora era uma mulher, e sempre gostei de me arrumar” (MOLL, 1998, p. 25).

Tais relatos oportunizam a compreensão sobre a violência psicológica, que tem relação direta com o ciúme doentio do parceiro, que tenta de todas as formas afastar a mulher do convívio das pessoas que se aproximam dela e, assim, faz com que se sinta culpada por todos os atos praticados por ela, o que se chama de complexo de inferioridade.

Assim, quando se trata do complexo de inferioridade de Ana Lúcia, este evidenciava-se em suas lembranças, quando se culpava pela forma como agiu durante todo seu casamento, em relação à família, à casa, inclusive se sentindo culpada pelo dinheiro não durar todo o mês.

[...] se eu não cuidasse tanto da casa, se eu não tivesse deixado Carlos de lado, se o dinheiro não acabasse antes, se eu tivesse cuidado mais dele e menos da casa e só das filhas, se eu tivesse dividido em proveito dele? Se o dinheiro não acabasse antes do final do mês? Se...Esta página é a página do “se” (MOLL, 1998, p. 25-26).

Observa-se que a protagonista compreendia que a culpa de tudo em que viveu era dela, porque acreditou fielmente que se tivesse feito de uma forma diferente tudo poderia voltar ao “normal”, mesmo sabendo que as famílias não são

normais, que a felicidade não é algo que se tem ou não tem, ainda assim, o receio maior era o medo das drogas e a vida em detrimento à morte (MOLL, 1998).

A protagonista narra, quanto às mulheres próximas a ela, que todas são consideradas infelizes no casamento “Um belo dia mamãe parava de chorar. Dizia, ruim com ele, pior sem ele” (MOLL, 1998, p. 62). Como herdando a sina da mãe, este foi o pior dos momentos da sua vida e de suas filhas: o medo de possíveis violências que o genitor da família pudesse vir a cometer, tendo que, por vezes, não fazerem movimentos bruscos para que ele não ficasse nervoso e, por conseguinte, cometesse algum ato, “[...] basta que Carlos estenda a mão para ligar o rádio ou troque de posição na cadeira, de repente tenho a sensação de que ele vai partir para cima de mim, sem querer tirar uma das mãos do volante e protejo o rosto ou o peito...” (MOLL, 1998, p. 30).

O medo era algo corriqueiro na vida da personagem Ana Lúcia, o que mostra que não era a relação direta com o vício que causava a violência, mas sim o comportamento do personagem Carlos, que tinha ciúme da esposa, além de outros detalhes que representavam de fato uma relação doentia em sua totalidade, e não apenas quando estava sob o efeito das drogas.

O romance relata que, com o Carnaval, as mulheres infelizes aproveitam o dia na praia, conversando sobre os relacionamentos vividos. Mariana, mesmo tendo um casamento feliz com o cunhado de Ana Lúcia, conta o que passou na infância, quando perdeu a virgindade com treze anos e engravidou aos 15. Porém, abortou com o consentimento do pai do garoto, que bancou todo o procedimento clandestino. A partir de tal situação, fechou-se para o amor, buscando apenas homens mais velhos, que poderiam sustentá-la.

Com isso, mesmo para Ana Lúcia, Mariana vivia um relacionamento e uma vida feliz, porém trazia consigo marcas de violência psicológica com o pai do filho que gestou, porém foi obrigada a tirar, causando-lhe riscos pelo procedimento clandestino. Evidencia-se que a personagem tinha momentos de felicidade e o inverso da mesma forma, fazendo com que a definição de feliz ou não se limitasse apenas a momentos e não como algo contínuo.

Marisa, prima da protagonista, relata que estava noiva, porém teve apenas duas relações com o noivo, o qual, para não retirar a virgindade imaculada, se utilizou de sexo anal, com tanta violência que pessoas que estavam nos quartos disponíveis no motel, local que eles utilizavam para o ato, reclamavam de tamanho barulho. Contudo, mesmo contrariando os conselhos de Ana Lúcia, entendia que precisava casar, pois já estava com vinte e seis anos e não gostaria de “ficar para titia” (MOLL, 1998).

O relato da personagem também se apresenta como sendo uma violência sexual de tamanha crueldade, que sobressai as linhas do romance e causam verdadeiro repúdio ao leitor, bem como o que ocorreu com a protagonista. Porém, por se tratar de uma sociedade patriarcal, a jovem tem o pensamento de que se não casar com o rapaz estará fadada à solidão, ou como chamam, “ficar para titia”, e não será feliz como a sua família acredita que todos devem ser.

O capítulo sobre a personagem Marisa apresenta que – com as conversas da protagonista com as personagens com quem tem relação direta e fazem parte do romance com suas histórias, de forma detalhada no decorrer dos capítulos – mesmo tendo destinos diferentes, todas as personagens se entrelaçam. Todas elas viveram ou vivem a violência em todas as suas formas, desde psicológicas, sexuais a físicas com seus parceiros.

A protagonista sofreu diversos ataques por parte de seu parceiro e sente que não tem muito o que fazer para reverter tal situação, não sendo possível se separar para então buscar a felicidade que considera não ter no casamento, uma vez que as ameaças são contínuas e declaradas: “Aninha, você precisa entender uma coisa, haja o que houver você não pode ficar contra mim, é a única coisa que eu não suporto no mundo, quando você fica contra mim viro um bandido, um assassino” (MOLL, 1998, p. 51).

O fim de todas as violências da protagonista não ocorre em sua narrativa e nem mesmo com seu desvincular do casamento, já fadado ao fracasso. Com isso, ela apenas introduz ao leitor no que viveu e ao que estaria prestes a sofrer nas mãos de seu marido Carlos, bem como para o que as demais personagens poderiam ter feito para que, de alguma forma, o fim trágico não ocorresse.

A outra personagem da história, que se entrelaça com a história da protagonista no momento em que passou alguns dias na praia, no Carnaval, para auxiliar, era Rita, a empregada doméstica, que, como já foi relatado, sofreu quando da perda de um bebê ainda em seu ventre e teve, por diversas vezes, o desejo de suicídio.

Quando perdi o menino quase enlouqueci. Só pensava em dar um fim em minha vida. Toda noite deitava e ficava pensando na gilete, a gilete que eu guardava na prateleira do banheiro. Eu ficava imaginando um lugar onde pudesse esconder a gilete, um lugar em que ela não ficasse à vista me chamando. Eu não achava esse lugar e ela continuava lá todo dia me tentando. De manhã eu esquecia a gilete, pensava, vou me jogar debaixo dos carros, mas continuava deitada, não tinha forças nem pra morrer (MOLL, 1998, p. 66-67).

Sofreu uma vida inteira com os homens, até que relata o encontro com Amado, o homem que cuidou dela no momento em que ela estava em sua pior fase

da depressão. Porém, Rita não conseguia manter-se com apenas um homem, buscando por vezes encontrar com alguns que não gostavam da forma como se vestia e se maquiava. Quando se envolveu com Tico, todos à sua volta tentavam lhe mostrar que a relação não estava correta, que o mesmo era casado, pois aos finais de semana sempre estava trabalhando. Porém, o destino fez com que a moça engravidasse e, para sua surpresa – ou não – a esposa do Tico apareceu informando que ele tinha outros três filhos com ela. A família da personagem a expulsou de casa. Foi então que Rita foi morar na casa de uma conhecida do pai da criança. Quando a criança nasceu, Rita entrou em depressão pós-parto e não conseguia cuidar do bebê.

Esses fatos apresentados pela personagem, de romances vividos com homens casados, são algo que a sociedade, dita como normal, remete ao patriarcado e ao poder de dominação imposto pelos homens e pela sociedade machista.

Com o decorrer da trama, a personagem, que não conseguiu se manter em apenas um relacionamento, acaba por se envolver com outro homem, que resulta em outra gravidez, porém, para continuidade das relações turbulentas, teve novamente um relacionamento agressivo, que tinha como pano de fundo o vício do álcool do seu companheiro. Porém, nem mesmo isso lhe causava arrependimento: ela mantinha-se casada, pois acreditava que era algo normal e que todas as mulheres sofriam de alguma forma com seus parceiros.

Porém, após muitos percalços vividos, acabou por ter sido abandonada pelo marido, com sua filha pequena nos braços, mantendo a característica principal de não continuidade do romance. No entanto, a personagem, por gostar muito de manter relacionamentos e não conseguir se manter sozinha por muito tempo,

acaba deixando a criança sozinha em casa, objetivando encontros clandestinos com diversos homens.

Após a viagem para Guarapari, para auxiliar a protagonista, passa a trabalhar diretamente na casa dela em Vitória, quando começa a perceber que o marido de Ana Lúcia ainda continua usando drogas, apesar de sempre afirmar que teria parado. “Dona Lúcia não sabe, mas os porteiros tão sabendo, Seu Carlos está subindo o morro quase todo dia” (MOLL, 1998, p. 81).

Porém, mesmo sabendo que sua patroa – e de alguma forma amiga – estava sofrendo violência doméstica e que seu marido continuava a usar drogas, nada fez para ajudar Ana Lúcia a sair de tal casamento de forma tranquila. Isso porque Rita acreditava que tal situação era comum em todos os lares, não sendo diferente na casa da protagonista.

Nada do que ocorre com Rita é tão diferente do que já viveu com seu atual namorado: também passa por violência doméstica, agravada pelo alcoolismo e pelo ciúme extremo. Por vezes acaba gastando todo o salário com bebidas e até mesmo pegando o dinheiro dela para isso, porém ela tem uma grande consideração por ele, pois foi quem a ajudou no momento em que estava com depressão e queria tirar a própria vida.

Logo, percebe-se que a personagem acredita que esse ciclo vicioso de relacionamentos conturbados e violentos é algo natural e comum a todos os homens, pois a partir da sua criação, em um regime patriarcal, as características principais seriam a anulação, consentimento e subalternidade em relação ao homem, não tendo voz para expor o que se passa e muito menos para auxiliar outras mulheres que vivem a mesma relação doentia.

Mariana, a terceira personagem do enredo, tem um casamento feliz com Henrique, o qual deixa a mesma sem precisar cumprir com obrigações externas, e nem mesmo as da casa, pois têm empregadas que cumprem com os afazeres domésticos. No entanto, mesmo tendo um casamento considerado feliz por todos ao seu redor, não consegue esconder seu desejo em ter um amante, para buscar uma emoção diferente, pois acredita que seu relacionamento feliz é monótono “Ah! Mônica, quero emoção, aventura, casamento é muito chato, vira rotina” (MOLL, 1998, p. 92).

Novamente a questão sobre felicidade vem à tona do romance, uma vez que a personagem, mesmo sendo considerada feliz, ainda assim não se satisfaz com o que possui e quer, a todo custo, buscar outras formas de se sentir plena.

Ana Lúcia é cunhada de Mariana e tenta de alguma forma ajudar a protagonista, porém, na maioria das vezes faz isso conversando com seu marido Henrique, que é irmão de Carlos, cônjuge da personagem principal. Desta forma, evidencia-se que novamente existe alguém que acredita que, de longe, pode de alguma forma ajudar a outra mulher que vive uma relação doentia, “[...] para Ana Lúcia o caso de Carlos é doença, então ela fica do lado dele porque o padre falou na saúde e na doença, mas ela não tá vendo que antes de morrer ele vai matá-la?” (MOLL, 1998, p. 93).

Os fatos apresentados evidenciam que as mulheres não conseguem ajudar umas às outras que são vítimas da violência doméstica porque acreditam fielmente que se a religião, de alguma forma, impõe que se deve manter um relacionamento, considerado doentio, assim se deve fazer. Não há nem mesmo ajuda com conselhos e apoio para que a mulher, vítima da violência, possa sair de todo esse cenário caótico.

As agressões sofridas pela protagonista Ana Lucia são expostas para todos que estão em seu convívio “[...] Detesto fazer as economias que a Ana Lúcia faz, ela agora sustenta a casa, cuida das filhas, da casa, costura. E o que recebe em troca? O que está diante dos meus olhos, o rosto dela está inchado de um lado, foi porrada que ele deu na cara dela” (MOLL, 1998, p. 94). Este trecho mostra que Ana Lúcia vivia em um ambiente em que sofria agressões físicas e psicológicas, mesmo a protagonista confessando que já havia encontrado uma arma do seu cônjuge, o que a deixou em pânico temporariamente, mas manteve o relacionamento.

– Descobri que Carlos tem um revólver guardado na cômoda. Ele me disse que era do pai dele, que sempre esteve lá em casa, mas é a primeira vez que eu o vejo, e por que ele está guardando na cômoda, no meio das camisas? Quando descobri isso, entrei em pânico (MOLL, 1998, p. 96).

Tal narrativa mostra que Ana Lúcia tentou buscar ajuda com o irmão de Carlos, Henrique, no momento em que descobriu que havia uma arma na casa da família, porém, novamente, considerando que de fato a sociedade nada faz para auxiliar a vítima, o cunhado nada fez. Henrique também tentou se esquivar de tal responsabilidade e confiou que nada aconteceria com a protagonista, visto que acreditou que Carlos não fosse capaz de causar danos maiores à família, mesmo tendo um cenário de agressões contra a sua esposa e causando medo entre suas filhas, ainda menores de idade.

Após buscar ajuda sem sucesso na casa do irmão do seu marido, a protagonista encaminhou as filhas do casal para a casa de parentes, pois tinha medo que o pior acontecesse com elas, em virtude das ameaças constantes “Se você me trair, eu mato, não se engane, eu mato” (MOLL, 1998, p. 100). Assim, as ameaças eram contínuas e extremamente abertas a todos. Por diversas vezes,

conforme relatos, Ana Lúcia deixava claro que seu marido buscava sempre questionar as amizades dela e as distanciava.

De fato, é evidente e cristalino que todos sabiam o que Ana Lúcia passava em sua casa, com seu marido, porém, a principal característica da sociedade é tentar, de alguma forma, se eximir de tal responsabilidade, ocorrendo, na grande maioria das vezes, apenas o assistir das cenas de violência, nada fazendo para que tal cenário seja de alguma forma transformado.

Voltando as luzes para a personagem deste capítulo, Mariana, buscou incansavelmente um relacionamento extraconjugal para satisfazê-la, não tendo qualquer receio em ser descoberta, pois acreditava que tal fato não aconteceria. Assim, deixava evidências que faziam com que seu marido ficasse cada dia mais enciumado, mas acreditando que nada lhe aconteceria, nem mesmo uma agressão “[...] atualmente nem fica bem um homem que bate na mulher, antigamente era coisa normal, não digo que não há homem que não bata na mulher, mas diminuiu” (MOLL, 1998, p. 103).

Mesmo tendo tamanha certeza, e tendo os relatos da sua cunhada, que era vítima de violência doméstica, Mariana também o foi quando Henrique, seu marido, em um surto de raiva provocado quando percebeu que ela estava dando indícios que gostaria de viver um romance, foi jogada contra o sofá, tendo um revólver apontado em sua direção e ela implorando por misericórdia. Ele nada fez, pois sentiu-se mal, implorando por ajuda para ela não o deixar morrer.

Tais representações mostram que mesmo tendo um relacionamento tido como feliz pela sociedade, a personagem não se satisfaz e buscou de todas as formas algo que acreditava não encontrar em sua casa. Logicamente que tais fatores nada justificam a violência sofrida, porém cabe destacar que contribuíram

para o cenário vivido e podem ter relação com as outras mulheres do romance, que de uma forma ou de outra sofreram com a sociedade patriarcal e machista que não aceita as escolhas que as mesmas fazem.

A personagem Regina, prima da protagonista, também sofreu, ainda quando criança, violência sexual. Vivia na zona rural, sem acesso à informação, o que tornava normal homens “judiarem” das mulheres, em virtude da posição social em uma sociedade patriarcal, cujas características produziam homens machistas e dominadores.

Tantos foram os episódios de violência que a personagem vivenciou que a fizeram acreditar que estava morta:

Acordei com aquele homem em cima de mim, de nada adiantou a força e fúria toda que eu tinha e podia, era uma avalanche de pedra que me atingia, me rachou ao meio, as lágrimas rolavam como rolou a pedra, de agora em diante eu vivia assim, deitada, olhos abertos, não via nada, estava morta (MOLL, 1998, p. 129).

Uma morte ainda viva, uma morte para a vida, uma tristeza sem precedentes, porém aquele fato transformou-se em uma gestação, fruto de uma violência – que foi considerada pela família uma fatalidade, não pensando no bem-estar da criança. Regina gestou aquele bebê, que apenas lhe causou ainda mais sofrimento, até o momento em que a avó da criança decidiu que seria melhor entregá-la para a cunhada criar e a personagem seguir sua vida, não tendo obrigação com o menor. Assim, Regina teve como alternativa sair de casa e ir trabalhar como doméstica em casa de família.

Seria uma possível forma da personagem esquecer ou reduzir as lembranças de todas as violências vividas em sua infância traumatizada quando, em uma das casas em que trabalhava como doméstica, conheceu o açougueiro que trabalhava ali perto, Geraldo, que gentilmente a convidou para sair. Mesmo

tendo o dobro de sua idade, a tratou com carinho e respeito. Nem mesmo beijos eles trocaram, o que para ela era normal “Beijo na boca é bobagem, a mãe diz que o pai nunca deu um beijo nela” (MOLL, 1998. p. 132).

Novamente tem-se a concepção de que as mulheres eram criadas a partir das experiências que as suas mães tinham e viviam, tendo a subalternidade como característica principal, pois acreditavam que pequenos gestos de carinho eram “bobagem” e não precisavam ser demonstrados; bastava apenas ter um homem, para então ser vista como “pessoa” perante a sociedade, porque, caso contrário, era apenas o outro como sujeito.

Com o passar do tempo, a relação tornou-se firme, com encontros na porta da casa da patroa de Regina, porém, no momento em que estavam para firmar compromisso, em um momento de despedida, Geraldo, passou a mão pelo corpo dela, que respondeu com uma cena romântica, com apertos de coxas e unhas nas costas. O que deixou o personagem assustado, pois acreditava que ela era virgem “[...] queria uma moça para casar, se enganou comigo, parecia até mulher da vida” (MOLL, 1998, p. 133).

Após o ocorrido, Geraldo mostrou indícios de fúria e agressões psicológicas com Regina, mostrando que ele poderia ter atitudes consideradas normais pela sociedade, porém a mulher não poderia expressar seus sentimentos e desejos, sendo considerada assim como “mulher da vida”.

Mesmo frente a tal situação, Geraldo foi até a casa da família de Regina, firmou compromisso com o acerto do casamento, não a agredindo fisicamente, no entanto a tratava mal, buscando de todas as formas lhe causar o sentimento de inferioridade, julgando-a pelo passado, mesmo ela não tendo culpa sobre as violências sexuais vividas. Ele queria ter filhos e ela, após o estupro, teve

problemas na gestação e seu útero virou, fazendo com que não pudesse gestar novamente. Com todas as agressões, Regina ainda acreditava que a culpa pela não concepção era dela, assim, tentou pedir para seu irmão que lhe devolvesse seu filho, porém sem sucesso, em virtude dos laços criados e principalmente porque ela mesma não se considerava mãe daquela criança.

A relação piorou a cada dia com o casamento. Geraldo sempre muito agressivo nas palavras com Regina:

Geraldo chegava em casa todo dia dando esporro, ele estava maluco quando resolveu casar comigo, se pegava uma camisa sem botão começava a gritar e vinha esfregando a camisa no meu nariz:– Sua porca, esta camisa está sem botão, não era pra eu encontrar uma coisinha fora do lugar no meu armário (MOLL, 1998, p. 135).

Todos os sofrimentos e as angústias vividas fizeram com que a personagem buscasse meios para sair de casa e fazer outras coisas, por isso decidiu fazer um curso no Senai e assim ter um tempo com outras pessoas; decisão que tomou de forma individual e sem o consentimento de seu marido. Buscou formas de retornar o quanto antes para casa e não deixar vestígios que denotassem que havia saído, porém seu marido – sempre muito atento e crítico – achava motivos para brigas em relação à casa ou qualquer outro assunto, que causavam em Regina um sentimento de inferioridade e amargura.

Com as andanças de Regina, ela conheceu uma moça que estava gestante e não queria a criança para si. Foi o sonho se tornando realidade para a personagem, que acreditava que lhe faltava um filho para que seu casamento se tornasse feliz. Com isso, Carolina, a pequena criança, foi recebida pelo casal; e posteriormente um menino, para a felicidade da personagem.

No entanto, as crianças, sonho de Geraldo realizado, não foram motivo suficiente para que houvesse harmonia no lar. Pelo contrário, as agressões verbais se tornaram cada vez mais contínuas, fazendo com que Regina tomasse a decisão de sair de casa e deixar as crianças sob os cuidados dele e da sua sogra, uma vez que não conseguia acreditar que pudesse ter um relacionamento feliz, visto que jamais conseguiria realizar tal sonho em sua vida.

A personagem, por ser prima de Ana Lúcia, ficou sabendo que ela tinha sofrido agressões terríveis de Carlos. “Essa menina apanhou tanto do marido que está internada, ele quebrou dois dentes dela” (MOLL, 1998, p. 147). Evidenciava-se, assim, que as agressões estavam cada dia mais severas e ninguém buscava formas de auxiliar a protagonista para que o pior não lhe ocorresse.

Mesmo com toda a história vivida pela prima, Regina, retomando sua vida, começou a trabalhar em um salão de beleza. À noite saía para dançar. Foi quando conheceu Antônio, com quem teve uma relação rápida e pouco tempo depois já estavam morando juntos. Como sabia que não podia engravidar, não se cuidou e, para sua surpresa, uma gestação aconteceu.

Com tal fato, Antônio mudou o comportamento com ela, deixando-a por vezes sozinha na casa, desamparada, porque acreditava que ela não poderia engravidar ou se o havia feito, tinha como objetivo segurá-lo para que não rompesse com ela. No entanto, em determinado dia, no retorno do trabalho, Regina não encontrou nada no apartamento: Antônio havia chegado antes, retirado todos os móveis que tinha na residência, deixando apenas uma pilha de jornal no canto da cozinha.

A cena primordial e mais dolorosa da vida de Regina foi a do momento que chegou em casa e se deparou com um deserto; razões ainda maiores pela perda

de sangue que denunciava que estava prestes a perder o segundo filho. Foi então que deitou nos jornais, com medo de pedir ajuda para outras pessoas, pois acreditava que era merecedora de passar por tal situação. No entanto, na manhã seguinte, as pessoas sentiram falta dela no salão, buscando saber sobre como ela estava e a descobriram jogada, a “esperar a morte”, sobre algumas folhas de jornal. Infelizmente, em seu ventre nada mais tinha vida, mesmo recebendo ajuda e tendo sido encaminhada ao hospital, nada pôde ser feito para salvar aquela pequena vida.

Após o retorno para a casa da sua mãe, Geraldo lhe procura com as crianças, buscando de alguma forma retomar aquela vida que eles tiveram e, acima de tudo, buscando o amparo da mãe para com os filhos, mesmo ela não tendo uma relação direta com as crianças.

A personagem Marisa, irmã de Regina e prima de Ana Lúcia, vive um casamento conturbado, com violências psicológicas e físicas, pois o marido não a deixa sair de casa, nem mesmo lhe permite ter contato com as pessoas, com cadeado no telefone e portões trancados. E quando é questionado pelos familiares, alega que a personagem não gosta de sair, sempre se utilizando de desculpas para justificar a forma enclausurada como a mulher vivia. Quando se trata de violência psicológica, uma característica predominante é falar mal das pessoas próximas à vítima “[...] não sou como sua família que põe muita banca mas não tem onde cair morta, na sua casa você tinha que trabalhar para comprar as coisas, tinha um empreginho mixa de secretária, seu pai é um mão-de-vaca” (MOLL, 1998, p. 162-163).

Tais características que Marisa vivencia é uma prática comum em violências domésticas, onde não necessariamente se tem agressões físicas, porém

as psicológicas acabam por vitimar a mulher de tal forma que ela acredita estar errada, justificando os atos do companheiro como uma forma de retribuição ao amor que ele demonstra através do suposto cuidado que tem. E ela acredita fielmente que tais atos não a prejudicam; muito pelo contrário: ainda acredita que a violência doméstica seria apenas a física, afirmando que jamais foi agredida por seu pai, tendo apenas presenciado a violência do pai contra a mãe.

Para agravar a situação, o casamento já fadado ao fracasso que a personagem vivenciava teve continuidade com o romance homossexual de seu cônjuge, com seu período mais crítico quando ele leva seu amante, Márcio, para morar na mesma residência. Este segredo jamais seria revelado por Marisa, mesmo percebendo que o tratamento era diferenciando entre ambos, visto ele ter regalias que a personagem não tinha.

Márcio não gosta de jantar, só come frutas, pra ele o Claudio não liga de comprar, o Márcio mexe nas coisas dele, usa o banheiro dele, dorme na cama com o Claudio porque não tem outra cama na casa (MOLL, 1998, p. 167).

Durante a permanência do amante de seu marido na residência do casal, a personagem passou a ser abusada sexualmente por ele. Como tinha medo de contar sobre o fato ao seu cônjuge, porque sabia que ele não acreditaria, ainda dizia a si mesma que estava sendo castigada por Deus, “[...] Jesus está me castigando, mas eu falo para Jesus que eu não gosto dessas coisas, peço pra ele não deixar Márcio me pegar à força, não posso contar para o Claudio senão ele vai me matar, ele não vai fazer nada com o Márcio” (MOLL, 1998, p. 177).

Para agravar a situação, Marisa nada pode falar sobre o que sofre nas mãos do seu marido e do amante dele, por conta das ameaças diárias, e quando foi seu aniversário, muitos presentes ela recebeu em troca de seu silêncio.

– Pode telefonar pra sua mãe que você vai passar o dia com eles, eu te deixo lá, e te pego de noite, na casa daqueles putos não piso mais, mas biquinho calado, qualquer coisa que chegue no ouvido do meu pai nós vamos acertar contas depois, experimenta abrir o bico, reclama de mim pra você ver, veja só quantas coisas bonitas vou te dar de presente de aniversário (MOLL, 1998, p. 178).

Tais ameaças são freqüentes e fazem com que Marisa tenha comportamentos infantis na frente de sua família para que ninguém perceba que ela vive enclausurada e sofrendo ameaças de Claudio.

A personagem aproveita a oportunidade e vai visitar Ana Lúcia no hospital, pois após a separação ela estava muito abalada e precisava de ajuda. Quem a levou foi sua irmã Regina. No deslocamento, Marisa falou que gostaria de contar para a protagonista que Carlos havia entrado em contato com ela e realizado uma proposta indecorosa “Quero ir lá porque preciso contar pra Ana Lúcia que o Carlos me telefonou e me convidou para fazer sexo anal com ele” (MOLL, 1998, p. 183), mas é rapidamente repreendida por sua irmã, que a aconselha a não perturbar a prima com esse tipo de informação. No entanto, a visita ao hospital não ocorreu, por chegarem atrasadas no local; também não ocorreu posteriormente ao retorno de Ana Lúcia para sua casa, pois consideravam que ela já teria resolvido seus problemas.

Quanto aos personagens Cláudio e Márcio, existia uma relação conturbada entre eles, na qual Marisa era expectadora das violências praticadas. Porém, o que mais lhe dava medo era que o amante de seu marido levasse o dinheiro que seu esposo guardava, o que de fato ocorreu: em um determinado dia, quando Márcio começou a vasculhar o forro da casa, para sua surpresa, encontrou uma maleta cheia de dólares.

Marisa, com receio que ele levasse o dinheiro do seu marido, ficou vigiando, mesmo estando terrivelmente doente, porém nada pôde fazer, senão assistir o arrumar de malas do amante do marido com a ajuda de um outro rapaz, que se dizia amigo dele. Porém, o que ninguém imaginava era que Cláudio retornaria do serviço mais cedo e presenciaria a cena, que finalizou com Marisa desmaiada, “acordei segurando o revólver, Claudio está deitado no chão mas sei que ele está fingindo, ele vai levantar vai pegar o revólver e vai me matar” (MOLL, 1998, p. 186).

A personagem, em tal situação, teve dificuldades na compreensão de se de fato havia matado ou não o seu marido, novamente sentindo-se culpada pelo incidente ocorrido em sua casa. Com todos os problemas vivenciados pela personagem, o seu triste fim foi uma Casa de Repouso, porque foi acometida por um surto psicótico quando o amante de seu marido armou para roubar todos os valores que eram guardados na residência do casal.

A personagem Margarida é a última personagem, a qual realiza uma reflexão sobre tudo que a protagonista Ana Lúcia viveu em decorrência da violência doméstica sofrida.

Acordei com um sonho ruim. Ana Lúcia vinha caminhando em minha direção, mas de repente caiu no chão, tento acudir, ela está fria, o rosto é uma poça de sangue. O povo diz que morte no sonho é vida longa para a pessoa, quem sabe a vida dela melhora agora que resolveu largar o Carlos, mas sangue, sangue não é coisa boa, sangue derramado... (MOLL, 1998, p. 191).

Tal sonho de Margarida tem relação direta com as ameaças que Carlos fazia à Ana Lúcia, que iria “estourar” os miolos da sua ex-companheira. Porém, a protagonista está tão fadigada com toda a situação que viveu e ainda vive, que desiste de tudo “[...] A melhor coisa que podia me acontecer agora era a morte. Eu

cansei, não tenho mais forças para lutar, se ele não quer me deixar em paz, juro que prefiro a morte” (MOLL, 1998, p. 194).

Após tudo o que viveu durante anos e somente após gritar de forma a não ser ouvida por muitas vezes e por muitas pessoas, quando de fato já havia sido internada em decorrência das agressões sofridas, os familiares tentam por diversas vezes fazer com que Ana Lúcia fique na casa deles; não fique sozinha, não fique na casa dos pais. Porém, estando esgotada emocionalmente e não acreditando que nada de ruim pudesse lhe acontecer, visto que acreditava que tudo de ruim já tinha acontecido, decide acompanhar um colega até Guarapari. Quando retornou, seu triste fim ocorre em uma emboscada realizada por Carlos: a protagonista é brutalmente morta “O caixão está vedado, não se pode ver o rosto da morta, esfacelado com os pontapés dados pelo marido” (MOLL, 1998, p. 194).

O cenário do velório de Ana Lúcia é desolador, suas filhas, Silvia e Meméia sofrem pela perda da mãe, buscam respostas que ninguém tem coragem de lhes dar: o real motivo para o caixão está lacrado.

Estamos de costas apoiadas no parapeito da janela, quando ouvimos os gritos de Silvia:

– É mentira, é mentira, não pode ser, não acredito, mãe, minha mãezinha, por que o caixão está trancado com cadeado?

Eu quero ver minha mãe. Por que não posso ver minha mãe, vovô, manda abrir o caixão, manda abrir vô, quero ver minha mãe, nunca mais vou ver minha mãe... (MOLL, 1998, p. 195-196).

Os motivos para os quais a protagonista estar com o caixão lacrado têm relação direta com o fato da violência brutal sofrida, que resultou em sua morte, causada por seu ex-companheiro, “[...] Primeiro Ana Lúcia, minha prima, brutalmente assinada, Carlos deu tanto pontapé nela que o rosto se esfacelou, mas

segundo o médico a causa da morte foi o tombo, com o primeiro golpe ela caiu e bateu a cabeça no cimento [...]” (MOLL, 1998, p. 207).

A morte de Ana Lúcia não foi ouvida por ninguém; nenhum grito; a rua estava deserta. Esse silêncio não ocorreu apenas quando de sua morte, mas durante toda sua trajetória, pois não teve pessoas e, principalmente, mulheres, que lhe ajudassem a sair desse emaranhado de violência vivido pela protagonista, tendo apenas e tão somente comentários entre as pessoas, para não atrapalhar a relação do casal.

Carlos foi julgado e sentenciado, no entanto isso tudo ocorreu enquanto ele estava em uma clínica em fase de avaliação quanto à loucura, o que de fato ocorreu, e pôde cumprir sentença naquele local. Evidencia-se, desta forma, que, mesmo com todas as agressões vividas por Ana Lúcia, a reincidência de Carlos no uso de drogas, os atos praticados, ainda assim o acusado foi condenado e teve a oportunidade de não precisar cumprir sua pena em regime fechado. No entanto, no decorrer no cumprimento da pena, o triste fim de Carlos foi um tiro no ouvido, com o mesmo revólver que ele havia comprado para matar Ana Lúcia e acabou não utilizando para o ato.

Margarida, muito sensível, também tinha sonhado que três cadeiras sairiam voando, a primeira cadeira, Ana Lúcia, tinha ido; faltavam mais duas. Essas lembranças a deixavam angustiada, pois gostaria que nada de mal ocorresse com outras mulheres.

A segunda cadeira seria Ana Maria, costureira, que sofria ameaças do seu ex-marido. A história foi acompanhada por Margarida seis meses após o falecimento da protagonista, em uma visita à costureira para lhe fazer um vestido para um casamento que ocorreria em poucos dias. “Ana está morta, foi

assassinada, quando cheguei lá para pegar o vestido a polícia estava fazendo a perícia e retirando o corpo” (MOLL, 1998, p. 206).

Margarida muito sofreu, porque também sabia das ameaças vividas por Ana, a costureira, e nada fez para ajudá-la. Sabia que aquele homem que ela havia visto quando foi tirar as medidas do seu vestido seria o assassino, porém acreditava que em briga de marido e mulher não se deve se intrometer.

Por fim, a terceira cadeira que tanto lhe atormentava seria a esposa de seu amante, Raimundo, que sabia de todos os passos de Margarida e fazia de tudo para que ela estivesse presente em todos os momentos da vida dele. Porém, Margarida era casada com Waldemar, que também tinha uma amante, tendo sido as infidelidades confessadas por ambos em uma discussão acalorada, que por pouco não resultou em tragédia.

No entanto, como Raimundo atuava com atividades ilegais, fez com que a morte de sua esposa, Ana Maria, fosse por tiro de metralhadora, de forma muito bem planejada pelo marido, que prestou depoimento alegando que se tratava de vingança contra ele. Com isso, as três cadeiras, as três Anas, as três mulheres da história foram terrivelmente mortas.

4.3 SOBRE A OBRA MULHER DE BANDIDO - ANÁLISE LITERÁRIA

Ao findar da presente obra, pode-se concluir que, de fato, o fim para a violência doméstica foi a aceitação e a morte das personagens, visto ter sido esse o destino de três mulheres da história, havendo, entre elas, a relação da violência exposta por conta do gênero. E, ainda mais, quando se trata de analisar a inexistente cumplicidade entre as mesmas: o que não existiu na ficção é o reflexo do que acontece também no contexto social, pois, conforme Moll (1998), quando cita a música da cantora e compositora brasileira Maysa “Se meu mundo caiu, eu

que aprenda a levantar”, que evidencia a falta de parceria entre as mulheres: se uma caiu, essa que aprenda a levantar sozinha, não podendo depender de outras pessoas, principalmente mulheres, para ajudar a levantar e recomeçar.

Tal afirmativa está exposta por algumas personagens, exemplo de Mariana que, no momento em que soube que Carlos havia comprado um revólver, dito a ela pela própria Ana Lúcia, Mariana apenas bate na madeira para isolar o mal e após isso afirmou: “Estou assustada com o que acontece a minha volta, a vida de Ana Lúcia está por um fio, imagine um drogado com um revólver na mão” (MOLL, 1998, p. 97).

Margarida também menciona arrependimento quando, mesmo tendo sonhado com Ana Lúcia envolta a sangue, afirma, no funeral: “– A culpa é minha, Stela, podia ter evitado esta tragédia. – Pára com isso, Margarida, você não tem culpa, você é histérica, o que você podia fazer, você fez. Foi o destino” (MOLL, 1998, p. 198 -199).

Ainda, quanto aos personagens masculinos da obra, Henrique, irmão de Carlos, sabe quanto ao revólver e no que se refere a retirar as filhas do casal da casa, sendo que ele infere no momento em que o irmão estava com a arma em punho, “Henrique tirou o revólver das mãos de Carlos, disse ao irmão que não podia impedi-lo de se matar, mas tinha o dever de impedir que ele matasse a família” (MOLL, 1998, p. 100).

Também, Henrique sempre questionou Ana Lúcia, quanto a saber que Carlos, seu marido era usuário de drogas, porém ela nega:

[...] Henrique, meu cunhado, se espanta:– Como, Ana Lúcia, que você não sabia, mamãe nunca te contou?– Não, Henrique, sua mãe nunca me contou, ela apenas me disse, estou te passando o abacaxi. E o que eu pensei, pensei o que todo mundo pensaria, que ela estivesse se referindo ao gênio, ao gênio danado que ele

tem. Eu me enganei, Carlos me enganou, minha sogra me enganou, Henrique não falou. O que me pergunto agora é, se eu soubesse, teria desistido do casamento? Não, não saberia viver sem ele, acharia um jeito de desculpar Carlos, de amenizar o problema, mas acho que se soubesse desde o começo, teria feito ele procurar tratamento e enfrentar o problema e nós não teríamos passado por tudo que temos passado (MOLL, 1998, p. 21-22).

Com tais relatos, observa-se que a obra *Mulher de Bandido* (1998) de Vera Moll reflete diretamente a ficção imitando a vida, tendo como conceito a mimese, que nos romances tem uma relação direta com a realidade. Tem-se indícios de fala ou silenciamento dos personagens para determinados assuntos, por vezes interessantes, como se mostra na presente obra (COMPAGNON, 1999).

Assim, o silenciar das personagens, ou mesmo da escrita, tem relação direta com os estudos literários no que tange à crítica da escrita feminina, que resulta na relação de poder entre os sexos (homem e mulher), uma vez que tal cenário ocorre no ambiente público, porém conforme se sabe, tal circunstância tem relação direta com o âmbito privado, visto que as mulheres sempre tiveram seu silenciar imposto pela sociedade patriarcal e machista (BONNICI; ZOLIN, 2009).

Também, Dalcastagnè (2002) explica quanto à tal representação literária por vezes silenciada em virtude do ambiente em que estão de tal forma marginalizadas, em razão de vários motivos, os quais podem ser considerados como o expressar da realidade oculta.

Os textos literários de origem feminina foram ainda mais silenciados, não tendo muitas obras que exponham detalhes de violências domésticas vividas por mulheres, uma vez que, se assim o fizerem, estaria assinando o atestado de que a mulher ainda é considerada o outro, como sujeito, não lhe sendo permitido o seu lugar de fala. No entanto, com os questionamentos através de estudos sobre o tema há, de fato, uma maior representação da identidade feminina, observando as

diferenças, os temas envolvendo personagens femininos e escritos por mulheres, as quais evidenciam e escrevem, com um olhar mais realista, sobre as violências sofridas (BARROS, 2005).

Quando se fala no outro do sujeito, Beauvoir (2016) evidencia de forma clara e objetiva quanto ao patriarcado imposto de forma intensa e aceita para silenciar a mulher, uma vez que a imposição da figura masculina como sujeito principal na relação e a aceitação da submissão como verdade absoluta não permitem a apresentação dos ideais femininos.

Quanto à submissão relacionada ao outro da relação, tem-se na obra o casamento de Marisa com Claudio, que a coloca em uma posição de inferior a ele:

Mamãe telefonou, queria vir aqui em casa, está com muita saudade.

– Não, a senhora não pode vir, Claudio não gosta de visita, tenho muita coisa pra fazer, quando ele chegar quer encontrar as camisas de linho passadas, ele não gosta que fique nem um amassadinho, já lavei e passei todas mas ele jogou no chão, pisou em cima e me fez lavar outra vez. (MOLL, 1998, p. 162).

Com isso, a mulher como gênero é relacionada a tão somente o outro (BEAUVOIR, 2016), o qual caracteriza como máxima que o homem é o essencial à sociedade e a mulher apenas faz parte do que é essencial, não o sendo de fato, o que, por conseguinte, lhe designa como função principal o sexo em si.

Desta forma, a mulher ainda se faz como coadjuvante de sua história, pois a supremacia do homem sobre si prevalece, e este continua sendo o protagonista diante da sociedade, que muito ainda tem a considerar e ampliarem tal conceito para que haja igualdade de fato, e não somente através de casos isolados permitidos pelo gênero masculino.

Quando se analisa tais fatores no romance, é evidenciada, por todas as personagens, a relação direta com o sexo, com a utilização do corpo feminino

como objeto. Desde a violência sexual praticada com as personagens ainda na infância, até mesmo a imposição da subalternidade em que todas as personagens viveram em relação aos seus relacionamentos, “é sina nossa, mulher só vem ao mundo pra sofrer, porque, meu Deus, por que poupá-la para depois castigá-la em dobro desta maneira, a menina toda hora pede para ir ao banheiro” (MOLL, 1998, p. 145).

Butler (2003) deixa isso evidente quando explica que o corpo feminino se restringe somente à corporificação social, sendo essa renegada pela sociedade, ou seja, a mulher está associada somente ao seu corpo como feminino. Com isso, observa-se que a mulher está apenas e tão somente relacionada a seu corpo, não lhe sendo permitido expor seus sentimentos e ideais.

Logicamente, não se pode deixar de evidenciar também que as lutas por igualdade e poder foram – e ainda são – importantes, pois sem tais reivindicações o silêncio do feminino teria até hoje proporções avassaladoras, considerando-se, ainda, os retrocessos que se vive no país atualmente.

Observando-se as obras que tratam especificamente sobre o gênero feminino, principalmente pelas violências sofridas pelo simples fato de ser mulher, ainda muito precisa evoluir para que de fato a escrita feminina tenha seu lugar, e não somente por conta das lutas. Porém, na prática isso não acontece e silenciam quando acham necessário ou oportuno para o momento e o cenário.

Scott (1989) corrobora essa afirmativa quando cita que a palavra gênero tem relação direta com a palavra mulher, em virtude das constantes lutas por igualdade e representação. Porém, muito se deve analisar sobre o aspecto “gênero” como substituto de “mulher”, que acaba por relacionar o homem e novamente se tem a mulher como o outro e não como o sujeito pleno da relação.

Sabe-se que quando se descreve o sujeito mulher, a relação direta com a reprodução e a maternidade é evidente, pois desde os primórdios tem-se a referência do gênero feminino como tendo funções da maternidade, criação dos filhos, organização da casa e família, sendo o homem o provedor e o responsável pelo sustento de todos (SCOTT, 1989).

No romance, objeto do presente estudo, observa-se que as personagens tinham seus relacionamentos e, por conseguinte, permaneciam no seio familiar, com os cuidados da casa e da família. Quando a protagonista ficou responsável pelo sustento da família, foi criticada por outras mulheres, mostrando que as próprias personagens tinham um pensamento patriarcal e machista, não permitindo que as suas semelhantes buscassem outras formas de se desvencilhar da necessidade de se manter em um relacionamento violento e machista.

Contudo, sabe-se que existem diferenças físicas entre homens e mulheres, porém, tal fator não pode ser simplesmente uma verdade absoluta, pois na presente obra, em muitos momentos as mulheres foram silenciadas com objetivo principal de não permitir o pensamento analítico, pois se assim os fizessem perceberiam que estava sendo manipuladas por eles.

Ainda, a mulher leva a crer, através de tal manipulação, que é a culpada de todos os fatos que acontecem no seio familiar, conforme evidencia-se com a protagonista Ana Lúcia em relação às suas filhas:

O que vejo nos olhos de Sílvia, o que vejo nos olhos de Memésia?, o que foi que fizemos com estas meninas? Eu devia ter largado Carlos, não devia ter permitido que minhas filhas convivessem com a loucura dele. Eu sou culpada. Nunca mais seremos pessoas como as outras, pessoas normais, minhas filhas podem viver cem anos e nunca perderão o medo, criança tem muito medo dos adultos, quando o pai enlouquece, elas enlouquecem também. Não posso desfazer o que já fiz, talvez fosse o destino delas e o meu. (MOLL, 1998, p. 36).

Com isso, a mulher, no contexto da subalternidade, acredita ser a culpada por tudo que aconteceu e acontece, fato evidenciado pela protagonista, sendo também o destino de toda e qualquer mulher aceitar todos os fatos que ocorrem.

A mulher, no contexto do casamento, necessariamente deve ser virgem; deve ser de fato colocada em sacrifício, uma vez que, se assim não o fizer, o homem não terá uma esposa submissa, passiva e conduzida por seu marido. Observa-se tal condição com a personagem Regina que, no momento em que expôs seu sentimento e suas vontades enquanto mulher e quanto ao sexo, foi renegada por seu namorado, com menção de que a mesma parecia uma “mulher da vida”. A partir de tal afirmativa, Regina se sentiu culpada por não atender aos anseios do personagem:

Geraldo queria uma moça para casar, me despedaçava por dentro saber que eu não valia nada, soluçava na cama, que culpa eu tinha de uma coisa que aconteceu contra a minha vontade? Dona Neide não entendia por que eu chorava tanto:

- O que houve?, fala, criatura.
- Estou com saudade da mãe, quero ir para casa. (MOLL, 1998, p. 133).

Com a transcrição de tal afirmativa, observa-se o silenciar da personagem quando questionada sobre os motivos de tamanho sofrimento, fazendo com que buscasse outras formas de justificar as lágrimas que insistiam em cair por se considerar culpada pelo ato praticado contra sua vontade quando, ainda muito nova, foi violentada sexualmente.

A sociedade acaba por caracterizar a mulher a partir do casamento, para que assim possa melhor existir. A regra geral é sair da casa dos pais, buscando o mundo através da união conjugal, com a perpetuação da espécie e a figura feminina no lar para educação dos filhos, o cuidado com a casa (ARAÚJO; ZOLIN, 2010), sendo tal padrão social representado na presente obra através de Marisa e

Claudio em um jantar com os pais dele, quando são interrogados quanto a ter filhos:

[...] Claudio me cutucou, disse no meu ouvido:

– Come devagar, meu pai está reparando que você não tem a menor educação.

Gosto muito da mãe dele, ela é muito boazinha.

– Marisa, eu sou louca por um netinho, quando é que vocês vão me proporcionar essa felicidade?

Claudio ficou vermelho:

– Nós ainda não estamos pensando em filhos.

– Ah!, que pena – parece que ela ficou muito triste quando ele falou isso.

Quando a mãe dele foi no quarto buscar uma lembrancinha que ela tinha comprado pra mim, Seu Antonio ficou bravo com Claudio:

– O pai de Marisa me telefonou, eles estão preocupados, o que está acontecendo? qual o problema?

Claudio gaguejou:

– Não tem nenhum problema, o senhor não está sabendo, eles nunca gostaram de mim. (MOLL, 1998, p. 168-169).

Ainda, a autora Saffioti (1997) evidencia que a mulher, conforme estabelecido pela sociedade, deve constituir família e assim manter o lar, para que se tenha a proteção do homem na relação familiar, com o poder imposto por ele, o qual é declarado pelas mulheres na presente obra, exemplificando a mãe da protagonista:

– Eu não aguento mais, minha filha, eu quis tanto poupar vocês dessa vergonha, mas juro, não dá mais para suportar, seu pai é um homem pervertido, minha vida tem sido um inferno. Mas para mim acabou, na cama com ele não durmo nunca mais. (MOLL, 1998, p. 48).

No entanto, mesmo não suportando mais os sofrimentos vividos, a mãe de Ana Lúcia manteve o casamento por conta da família, da comodidade que tal situação lhes causava quanto à proteção do homem e os cuidados da mulher.

Com isso, o casamento é uma forma de silenciar da mulher, uma vez que a mesma deve, conforme Louro (1997), ter conhecimentos sobre trabalhos manuais e assim ser considerada “prendada” para os serviços domésticos e submissa a seu marido até o fim de sua vida, quando da sua morte.

Quanto à submissão, tais afirmativas são citadas por Ana Lúcia e ensinadas às filhas do casal:

Conversei com as meninas, por favor, vocês sabem o quanto o pai esteve doente, nós agora estamos contentes porque ele está fazendo tratamento e não grita mais com a gente, nem bate na mamãe. Mas o médico disse que ele ainda está muito nervoso e não suporta barulho, vocês não podem brigar nem gritar no carro, a viagem é longa e é preciso que vocês sejam muito boazinhas para o pai ficar calmo. (MOLL, 1998, p. 29).

Observa-se que, de fato, o ensinamento de submissão e patriarcado é transferido de geração a geração, como uma forma de responder aos atos de violência praticados pelos homens. Também, a violência doméstica no ambiente familiar é muito bem representada na obra de Vera Moll, no momento em que a protagonista revela o medo que se tinha do marido, mesmo em momentos em que teoricamente nada poderia acontecer, como por exemplo no episódio do carro, quando a personagem leva sua mão ao rosto e peito como forma de proteção, pelo simples fato de Carlos ter apenas mudado de estação no rádio. Isso evidencia que o medo estava intrínseco em seu subconsciente. Bem como, quando retirou as filhas do lar por medo do que poderia acontecer com as crianças se o pai tivesse um ataque de fúria e agredisse a mulher e, por conseguinte as filhas, também mulheres.

Tal justificativa para esses atos são apontados por Bandeira (2014) como sendo uma forma de manter a hierarquia homem – mulher, que a sociedade de

alguma forma impõe como verdade absoluta. No entanto, a violência doméstica não pode e não deve ser considerada como uma forma de justificar que o homem tem o poder da relação, o que muitas vezes não fazem de forma física, porém por meio da violência psicológica e sexual, que também são consideradas violências domésticas e devem ser analisadas de forma a observar tais atos praticados pelos homens.

No romance, em muitos momentos as personagens sofrem a violência psicológica através de xingamentos, menosprezo, afastamento das pessoas próximas. Porém, o que ocorre é que a maioria das mulheres, assim como as da obra, não se percebem como sendo vítimas de violência doméstica: relacionam esses comportamentos como sendo apenas cenas de ciúme.

Conforme Gomes (2013), as opressões femininas vivenciadas pelo casamento, através da violência sexual e simbólica, são relacionadas ao controle imposto, à violência em jogo, com o aprisionar das mulheres às fronteiras da ordem. Exemplificado com Marisa em seu casamento com Claudio:

Minha mãe veio e trouxe o dinheiro. Eu avisei:

– Não pode demorar, Claudio não gosta de visita.

Se eu receber gente em casa e sumir alguma coisa, vou ter de dar conta. Meu pai e meus irmãos não gostam de Claudio, antes do casamento meu pai me chamou pra conversar:

– Minha filha, pensa bem, ainda está em tempo de desistir, casamento se desmancha até no altar.

Eu que não era boba de desistir, já tinha vinte e sete anos, depois não arranjava outro, ia ficar pra titia. Mamãe ficou olhando pra mim, parecia muito triste, os olhos dela estavam cheios d'água.

– Por que a senhora está chorando?

– Marisa, volta pra nossa casa, nós vamos te receber de braços abertos.

Um dia eu também estava chorando e disse para o Claudio, quero voltar pra minha casa, ele ficou nervoso, se você repetir isso outra vez, quebro todos os seus dentes.

– Quero não, mãe. Eu estou muito contente, Claudio vai me levar para almoçar na casa dos pais dele no domingo. (MOLL, 1998, p. 164).

Desta forma, o que ocorre em sua grande maioria são cenas de violência física, a partir do momento em que a psicológica perde o efeito sobre a mulher e essa passa a realizar questionamentos: o que para eles é chamado de rebeldia, para elas é o não permitir seu silenciar.

Corroborando tal afirmativa, o *Mapa da Violência contra a Mulher 2018* quanto às estatísticas de violência: apenas entre os meses de janeiro a novembro de 2018, a imprensa brasileira noticiou 14.796 casos de violência doméstica no Brasil, o que representa 58% dos casos, sendo os companheiros (namorados, ex, esposos) os agressores e 42% ficam com pais, avôs, tios e padrastos. Logicamente, cabe destacar que tais números representam apenas os casos que foram notificados, não representando o todo de fato, uma vez que existem muitos outros não registrados.

Ainda, outra característica extremamente relevante quanto à violência doméstica é a mudança da forma como o homem fala com a mulher após os atos de violência, deixando-a com a responsabilidade de não desfazer o relacionamento, conforme citado por Carlos a Ana Lúcia: “Aninha, você precisa entender uma coisa, haja o que houver você não pode ficar contra mim, é a única coisa que eu não suporto no mundo, quando você fica contra mim viro um bandido, um assassino” (MOLL, 1998, p. 51). Desta forma, ele faz com que a personagem silencie e não fale o que se passa por medo da morte repentina.

No romance também ficou evidente o silenciamento das outras personagens mulheres em detrimento daquelas que viveram a violência doméstica. Uma hipótese para tal fato pode ter relação com não se ter um olhar cuidadoso entre o gênero feminino, pois a sociedade, buscando o afastamento dos iguais, acaba realizando formas de disputa entre elas, fazendo com que as mulheres vítimas de violência doméstica se calem e vivam o sofrimento isoladas, as quais, por vezes exaustas, preferem a morte a continuar com as agressões sofridas. Isso ocorreu com Ana Lúcia, a protagonista, quando, já cansada de tentar por tantas vezes recuperar seu casamento, que já estava fadado ao fracasso e sem qualquer ajuda direta para buscar uma saída para tal encruzilhada vivida, tem seu triste fim em uma rua sombria e fria. “[...] A melhor coisa que podia me acontecer agora era a morte. Eu cansei, não tenho mais forças para lutar, se ele não quer me deixar em paz, juro que prefiro a morte” (MOLL, 1998, p. 194).

O *Mapa da violência contra a mulher 2018* exemplifica que a mulher deve buscar ajuda, conversar com os familiares, amigos, vizinhos, ou mesmo locais de referência à saúde da mulher, esclarecendo que a mesma é vítima e não responsável pelas agressões, que não deve se sentir culpada pelos atos do homem violento.

Na obra observa-se que a protagonista acredita que tudo que tem passado, em relação às violências sofridas, deve ser resolvido apenas por ela mesma:

Nos braços da tia Adelaide me sinto uma menininha, meu Deus, se ela soubesse o que eu tenho passado! Por um segundo estive para falar do meu sofrimento, mas consigo me conter a tempo, não, este é um problema que tenho de enfrentar sozinha, todo dia quando acordo peço a Deus que me dê forças, rezo muito, e por que falaria agora se tudo caminha tão bem? (MOLL, 1998, p. 31-32).

Assim, as mulheres vítimas da violência doméstica não contam o que passam por acreditarem que tal situação será solucionada sozinha. Ainda, quando se trata de outras mulheres saberem alguns fatos sobre a violência sofrida por suas semelhantes, conforme Moll, acreditam que não devem interferir na situação, conforme transcrito pela personagem Margarida, que deixa claro quanto a tal fato, no episódio em que Ana Maria, a costureira foi morta pelo companheiro:

Não apareci mais lá, mandei Waldemar buscar o vestido, não movi uma palha pra ajudar essa mulher, agora ela está morta, foi assassinada, por que não fui à polícia? Sou covarde como todos os outros, em briga de marido e mulher melhor não meter a colher [...] (MOLL, 1998, p. 206).

O silenciar da mulher em detrimento de outra mulher tem uma relação do silenciar imposto pela sociedade, visto que, quando se trata de falar sobre o outro, em muitas das vezes ela é colocada como maluca, conforme ocorreu com a personagem Margarida que, no cemitério, quando da morte da Ana Maria, fez um discurso questionando porque não ajudou aquela vítima, ou mesmo as outras pessoas que estavam presentes, “todos lavaram as mãos”. No entanto, o marido e os filhos acharam tal situação ridícula, pois ela fez o discurso e ninguém concordou com ela – ou, se o fez, silenciou (MOLL, 1998), mesmo tendo, desde 2012, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) considerando que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada mesmo sem queixa da vítima.

Isso significa que qualquer pessoa pode fazer a denúncia contra o agressor, inclusive de forma anônima. No entanto, a obra, ora analisada, é datada de 1998. Com isso temos um cenário diferenciado quanto a tal ato, visto que, até então, somente a mulher poderia denunciar a agressão, o que por si só já remete à vergonha que a mesma tinha, ou mesmo pela dependência emocional, financeira e psicológica do agressor.

Tal situação, representada na obra, traz o relato de Margarida para Ana Maria, a costureira, no qual, se comprova a dependência emocional que outra colega delas tem em relação ao marido, que a agride:

- Ana, sabe com quem me encontrei antes de vir pra cá? Com Bete, o marido estava dirigindo o carro, não me conformo dela continuar vivendo com aquele homem, todo mundo em Vitória sabe que ele bate nela.

Ana acaba de pregar o último botão, a freguesa se atrasa, parte a linha no dente, esquece a costura na mão:

– Margarida, eu entendo muito bem, já passei por isso, o meu me bateu foi muito, depois ainda me obrigava a dormir com ele, pegava o dinheiro da comida dos meus filhos, ia para os bares, voltava e me batia, e quando eu dizia que ia me separar, sabe o que ele falava, você não vive um dia longe de mim, vou atrás de você, onde você estiver eu te encontro e te mato. Tá vendo aqui, ela abre a blusa e mostra as marcas da faca. (MOLL, 1998, p. 201-202).

O diálogo ficcional das personagens evidencia quanto a opressão vivida no âmbito familiar representa os atendimentos de denúncia do agressor no contexto atual, revelado pela pesquisa realizada pelo DataSenado (2009), em que 83% das mulheres ouvidas conheciam sobre a Lei Maria da Penha, porém apenas 58% souberam informar quais seriam as formas de proteção. Também, foi questionado sobre a denúncia: apenas 4% acreditam que as vítimas costumam denunciar o agressor, sendo que, de fato, apenas 45% informaram que denunciam, “às vezes” e 51% não denunciam, sendo que o principal fator que as impede de denunciar seus parceiros é o medo, com 78%. Outras motivações têm relação com a não possibilidade de se retirar a acusação, a qual representa 62%.

Com isso, observa-se que a presente obra, *Mulher de Bandido* (1998), tem muito de realidade e representatividade de tantas mulheres que sofrem violência psicológica e física no seio familiar, em virtude do gênero, uma vez que o contexto

histórico, ora esclarecido, faz com que muitas vítimas acabem como a protagonista da obra, Ana Lúcia, assim, como tantas outras Anas.

Exemplificando tal fato ficcional com o contexto realista, tem-se Maria da Penha, a qual tendo um curso superior, tendo todas as possibilidades de tal fato não acontecer, passou 20 anos da sua vida sofrendo violência doméstica e, agravando tal situação, passou outros 20 anos para presenciar a condenação do seu ex-marido pelos crimes cometidos, ressaltando-se que ela ficou paraplégica em decorrência de um tiro em sua coluna, seguido de uma segunda tentativa de homicídio com um fio de alta tensão descarregado na banheira em que ela ia tomar banho.

Maria da Penha só conseguiu a condenação do ex-marido após solicitar ajuda internacional para intermediar a ação junto à Justiça brasileira e mesmo assim ele ficou pouco tempo no regime fechado. Porém, a luta dela não foi em vão, visto que, a partir de tal fato, foi criada a Lei com o mesmo nome da vítima, Lei Maria da Penha, que busca incansavelmente adaptações para que de fato se tenha uma punição mais severa a crimes dessa natureza.

Quanto ao medo que as vítimas de violência doméstica têm de buscar ajuda, também ele tem relação direta com a dependência emocional ou financeira de seus companheiros e, sabendo que uma vez realizada a denúncia não podem solicitar que seja retirado o boletim de ocorrência, a denúncia acaba não sendo formalizada. Tal fato ocorre porque, na grande maioria das vezes, o agressor acaba por envolver a vítima a tal ponto, que ela acredita que houve uma melhora no seu comportamento e que não ocorrerão outros episódios, conforme relatado pela protagonista quando da viagem de Carnaval:

[...] Vou aproveitar um restinho de preguiça e focar na cama, pensei, me esbaldando em felicidade. Encosto meu corpo em Carlos e o dele aquece o meu, ele parece que desperta também, joga a perna sobre as minhas, mas ainda dorme, depois vêm os braços por cima do meu corpo, acomodo meu corpo no corpo dele, me ajeito em seus abraços.

– Carlos?

– O que é?

– Estou tão feliz, amor.

Ele me aperta mais em seus abraços. (MOLL, 1998, p. 36-37).

A crença de que as violências vividas pelas mulheres irão sumir fazem com que relacionem o casamento à obrigatoriedade de manter-se casada, conforme estabelecido pela sociedade através do patriarcado. Com isso, ainda muito se faz necessária a intermediação do Poder Público para se ter de fato uma solução. Mesmo tendo sido, em 9 de março de 2015, instituída a lei n.º 13.104/2015, que torna o crime de homicídio contra mulheres – por questões de gênero – qualificado, saindo da pena de homicídio simples 6 (seis) a 20 (vinte) anos, para 12 (doze) a 30 (trinta) anos. A lei n.º 13.104/2015, conforme explicado, tipifica o feminicídio como o homicídio praticado contra a mulher “por razões da condição de sexo feminino”. Neste contexto tem-se que o feminicídio não é aplicável a todo e qualquer homicídio cometido contra a mulher.

O conceito de interseccionalidade, também citado por Crenshaw (2002), cujo objetivo é a compreensão e intersecção das diferenças sociais, busca estratégias para o enfrentamento de tais situações, garantindo os direitos humanos com relação a gênero e raça e, assim, proporciona às mulheres terem a mesma garantia, visto que para algumas a proteção ocorre de forma automática e outras acabam por ser mais vulneráveis em função do racismo.

No entanto, no Brasil, em relação à violência doméstica, priorizam a questão unidimensional do gênero apenas, sem a interseccionalidade entre essa e

outras categorias. Com isso, a definição de violência doméstica tem relação apenas ao gênero, não abrangendo outras relações, quais sejam raça, orientação sexual, entre outros (MACHADO, 2017).

Desta forma, pode-se concluir que a violência doméstica ainda tem muito a acrescentar e incorporar na legislação vigente, mesmo sabendo que muito já foi feito. Porém, a sociedade tem uma cultura do patriarcado enraizada, fazendo com que as mulheres sejam vítimas de casamentos fadados ao fracasso e, assim como a personagem Margarida cita para Ana Lúcia, “Ana Lúcia, não adianta você se queixar, o casamento é a morte” (MOLL, 1998, p. 13).

A violência ocorre de forma oculta de todos, pelo receio de não ser convincente nas afirmativas. As vítimas acabam por vezes sozinhas, abandonadas, sem qualquer apoio de outras pessoas. O fim das mulheres vítimas de violência doméstica e todo o tipo de violência é a solidão de um olhar agressivo e impositivo da sociedade patriarcal, que muito ainda deve evoluir, pois “se meu mundo caiu, eu que aprenda a levantar” (Meu Mundo Caiu – Maysa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo começou quando, na minha profissão como advogada, compartilhando das angústias das clientes sobre as violências sofridas no seio familiar, isso me inquietou e me levou a buscar mais sobre como ocorria e ocorrem tais crimes. Ainda, quando da primeira disciplina do Programa de Mestrado intitulada Estudo de Gêneros, me aguçou o desejo de compreender o contexto literário e a história da mulher e seu silenciar na representação literária da violência. A dor das clientes e de milhares de mulheres diariamente registradas nos noticiários e tantas outras subnotificadas, por razões que não cabem neste momento alongar e explicar, contabilizando, assim, uma estatística triste de medo e sofrimento que angustia as mulheres atualmente e as futuras gerações, por si só me deu o fôlego necessário para buscar compreender onde está e qual o caminho a seguir quando se fala em violência de gênero feminino.

Buscar um romance que apresentasse tal discussão foi de certa forma extenuante, mesmo sabendo que se tinha um livro que explicava sobre a vida de Maria da Penha, o acesso a ele foi complexo. As razões de tais dificuldades podem estar relacionados ao silenciar do tema em questão, pois a mulher ainda hoje ocupa uma posição inferior, não tanto quanto a história apresenta, mas sem sombra de dúvidas, muito ainda tem para ser representada de uma forma digna e o tema da violência ser amplamente divulgado, pois mesmo causando desconforto saber de tais histórias, é extremamente relevante para que mais se fale sobre o assunto e, com isso, as mulheres não sejam silenciadas como ocorre atualmente.

Para que se tenha, de fato, um debate sobre a violência contra a mulher, pelas pesquisas realizadas, ainda muito se deve explicar, com a necessidade de se ter um nome para a violência, buscando sua conceituação, para que seja

possível seu amplo reconhecimento na sociedade patriarcal e assim, efetivamente, se quebre o silêncio das vozes femininas.

Com todo o estudo ora apresentado, tem-se que a desigualdade de gêneros ainda é um tema de relevância a ser estudado e que ainda muito tem para contribuir. Sabe-se que o patriarcado deixou resquícios no cenário atual, porém, após um repassar por conceitos históricos, percebe-se que a representatividade da mulher na literatura tem muito a ser considerado e muito foi feito quanto ao gênero feminino, que foi colocado historicamente em uma inferioridade e submissão quanto ao masculino, por questões de proteção ou mesmo pela falta de possibilidade da mulher de se proteger quando da maternidade.

Assim, tal fator teve relação direta com a imposição dada para o casamento, a qual fez com que a mulher, ainda virgem, fosse dada em “sacrifício” e o ritual de passagem tivesse que ser marcado pela violência do ato, para que assim o homem pudesse exibir para todos a marca do sangue virginal e, por conseguinte, sua submissão ao ato.

Com isso, a violência, presente desde o momento em que a menina é dada em casamento, quando sofre a primeira violência e é colocada em uma posição de inferioridade em relação ao homem, tem seu fundo psicológico e físico nas mulheres, no contexto social e também na literatura.

Desta forma, quanto à aplicação do tema com a análise da obra de Vera Moll, “Mulher de Bandido”, o mesmo nos relata que a protagonista, envolta em uma relação de violência, a qual buscou por diversas vezes tentar remediar. Por medo e vergonha do que poderia acontecer se tornasse pública a violência sofrida, acabou sendo executada por seu agressor, o fim que de fato ocorre com muitas das mulheres nestas condições.

Também, com a análise específica da obra de Vera Moll, com a investigação dos personagens, observou-se que os pensamentos e palavras de todos, tanto masculinos quanto femininos, denotam um silêncio quando se trata da violência sofrida, ou mesmo por terceiros.

Logicamente que esta análise deve se ater ao contexto histórico do romance, datado de 1998, anterior à possibilidade de qualquer pessoa ter o acesso à denúncia em casos de violência doméstica, que ocorreu somente a partir de 2012. Porém, mesmo com tal possibilidade, com a sociedade com resquícios do patriarcado até os dias atuais, muito ainda deve-se falar sobre o assunto e assim, de fato, a mulher não ter medo do que sofre no ambiente familiar.

No caso verídico e relacionado à tal obra, tem-se Maria da Penha que, após duas décadas de sofrimentos e outras duas décadas tentando provar os fatos, agredida, sendo submetida a tratamentos desumanos, com duas tentativas de homicídio, tendo uma delas resultado em seu estado de paraplegia até os dias atuais.

Mesmo tendo várias legislações sendo aplicadas no contexto brasileiro, após as décadas de sofrimento de Maria da Penha, sabe-se que muito deve ser feito, principalmente quanto à cultura do patriarcado enraizada nos homens – e, inevitavelmente, nas meninas, criadas em tal ambiente. Com isso, as vítimas de violência doméstica acabam por viver por vezes sozinhas, abandonadas, com medo da discriminação e do olhar agressivo e impositivo da sociedade patriarcal, tendo por vezes que “se meu mundo caiu, eu que aprenda a levantar” (Meu Mundo Caiu – Maysa).

Assim, a obra fictícia tem total relação com os casos concretos no Brasil, visto que em nada altera os fatos de que a vítima passa anos em uma situação de

agressões, com medo e vergonha de tornar tal fato público e sofrer represálias, visto que o agressor invariavelmente tem como característica principal a alteração de comportamento quando em público, para que a vítima seja considerada alguém que em nada tem razão quanto ao que vivencia no seio familiar, não tendo testemunhas para corroborar sua tese.

Ainda, há muito a ser feito para que o caso da personagem da trama, bem como as “Marias”, conforme a Penha, tenham voz, e que seu gênero não seja esquecido e deturpado pelo agressor que tem, ainda, depois de anos e anos, o mesmo perfil patriarcal, agressor, não permitindo se ouvir a voz da mulher, apenas por ser mulher.

Penha, Maria da Penha, mulher que buscou incansavelmente ser ouvida, ter sua história contada, não apenas como uma observação feita por outras pessoas, outras mulheres, mas sim que se tenha voz, não sendo silenciada e esquecida por suas semelhantes, e que sejam todas unidas por um único objetivo: se aliarem pela conquista de seus direitos e, principalmente, pelo respeito por ser mulher.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, A. L.; ZOLIN, L. O. **Construção de personagens femininas em Acasos Pensados, de Luci Collin**. II Seminário Nacional em estudos de linguagem: diversidade, ensino e linguagem. UNIOESTE – Cascavel / PR, 2010.
- BANDEIRA, L. M. “Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação”. **Revista Sociedade e Estado** – v. 29, n. 2, Maio/Agosto 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008>. Acesso em: 06 dez. 2018.
- BARROS, J. D. **A História cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4862954/mod_resource/content/1/Roger%20Chartier%20-%20Hist%C3%B3ria%20Cultural%20entre%20pr%C3%A1ticas%20e%20representa%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.
- _____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.
- BELLIN, G. P. A crítica literária feminina e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. **Revista Fronteira Z**. n. 7. São Paulo: dezembro de 2011.
- BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- _____. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- _____. **Pesquisa de opinião pública nacional: Violência Doméstica e Familiar contra mulher**. fev/2009. Disponível em:

<https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_e_Familiar_contra_a_Mulher.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

_____. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Relatório Final. 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Projeto de Lei n.º 293, de 2013**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4623730&ts=1553249534852&disposition=inline>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Projeto de Lei n.º 8.305/2014**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=858860>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

_____. **Mapa da Violência contra a Mulher 2015**. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php>. Acesso em: 06 dez. 2018.

_____. **Mapa da Violência contra a Mulher 2018**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

_____. **HC 440945 MG 2018/0059557-0**. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/568719612/habeas-corpus-hc-440945-mg-2018-0059557-0>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**. v.3, n.2. Jan/Jun 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CHARTIER, R. **A História Cultural** – entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

COELHO, N. N. A literatura feminina no Brasil contemporâneo. **Língua e literatura**. v. 16, n. 19, p. 91-101, 1991. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/116009/113675>>. Acesso em: 07 out. 2020.

COMPAGNON, A. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CONNELL, R. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**. v.20 (2), jul./dez., 1995.

COPEVID. **Enunciados da COPEVID**. Disponível em:

<<http://www.compromissoeatitude.org.br/enunciados-da-copevid-comissao-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10, v. 1, 2002.

Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

DALCASTAGNÈ, R. Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, v. 20, p. 33-77, 2002. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9705/1/ARTIGO_UmaVozSol.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

_____. Imagem da mulher na narrativa brasileira.O Eixo e a Roda: **Revista de Literatura Brasileira**, 2007. Disponível em:

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3267>. Acesso em: 07 out. 2020.

DAVIS, N. Z. Women'sHistory in Transition: The European Case. **Feminist Studies**. 3 (Winter 1975-76), p. 90.

DE LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). Tendências e Impasses: O Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

DICIONÁRIO ONLINE DA LINGUA PORTUGUESA. Disponível em:

<<https://www.dicio.com.br/felicidade/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

DOSSIÊ Violência contra as Mulheres. Instituto Patricia Galvão. **Sobre as violências contra as mulheres.** Disponível em:

<<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>>. Acesso em: 06 out. 2020.

DUARTE, C. L. **Feminismo e literatura no Brasil.** 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010>. Acesso em: 06 out. 2020.

FANINI, A. M. R; LOPES, M. S; GNOATO, G. **Cultura da violência, dispositivo do amor-paixão, sexualidade e machismo:** uma análise do discurso feminino em relacionamentos conturbados. Florianópolis/SC, 2017, Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2017v14n2p132/34034>>. Acesso em: 17 out. 2018.

FELSKI, R. **Literature after feminism.** Chicago: University of Chicago Press, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FLORESTA, N. **Os direitos das mulheres e injustiça dos homens.** Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

FUNCK, S. B. **Trocando ideias sobre a mulher e a literatura.** UFSC: Florianópolis, 1994.

GOMES, C. M. Marcas da violência contra a mulher na literatura. **Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** v. 13, jul/2013. Disponível em: <<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

GOMES, C. M; SANTOS, M. J. J. **A violência doméstica na literatura brasileira.** Anais do VI Fórum Identidades e alteridades e II Congresso Nacional Educação e Diversidade. Itabaiana: 2013.

GOMES, N. P; DINIZ, N. M. F; ARAUJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. **Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração,** 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002007000400020&script=sci_abstract&tlng=e>. Acesso em: 06 dez. 2018.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; SILVA FILHO, C. C.; SANTOS, J. N. B. Enfrentamento da violência doméstica contra a mulher a partir da interdisciplinaridade e intersetorialidade.

Revista UERJ, 17 – jan-mar, 2009 Disponível

em:<<https://pesquisa.bvsalud.org/riipsa/resource/pt/lil-513353>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Parte II. Tradução Paulo Meneses com a colaboração de José Nogueira Machado. Petrópolis: Vozes, 1992.

IBGE. **Censo 2020**. Disponível em: <<https://censo2020.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25518-mesmo-com-lei-maria-da-penha-somente-2-4-dos-municipios-oferecem-casas-abrigo.html>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

JEHA, J. Mimese e Mundos possíveis. **Signótica**. Goiânia, v. 5, n. 1, jan./dez., 1993.

LORAU, N. **Maneiras Trágicas de matar uma mulher**: Imaginário da Grécia Antiga. Tradução Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, I. V. (org). **Uma década de lei Maria da Penha**: percursos, práticas e desafios. Curitiba: CRV, 2017.

MAGNO, S. **Histórico sobre as obras de Vera Moll**. Disponível em:<<http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/blogdasimonemagno/2011/10/21/os-livros-favoritos-de-vera-moll/>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MAIA, A. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo social**. 7(1-2), São Paulo, out. 1995.

MOLL, V. **Mulher de bandido**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1998.

MUZART, Z. L. (org.). **Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar**. In MOREIRA, Maria Eunice (Org.). História da Literatura, teorias, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

ONU. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher de 1979. **CEDAW**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

_____. **Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios**. Brasília: ONU Mulheres, 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

PHILLIPS, A. **The politics of presence**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PHILLIPS, R. **Women and Family Breakdown in Eighteenth Century France: Rouen 1780-1800**. *Social History*, 1976, 2, p. 217.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento / Justificando, 2017.

RICHARD, N. A escrita tem sexo? In: RICHARD, N. **Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política**. Tradução Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 127-141.

SÁ, S. D.; WERLANG, B. S.G. Personalidade de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Unisinos**. v .6, n.2. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/4048>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma Questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Violência contra a mulher e violência doméstica**, 1997. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7422406-Violencia-contra-a-mulher-e-violencia-domestica-heleieth-i-b-saffiotti.html>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SCOTT, J. W. **Gênero, uma categoria útil para a análise histórica**. Cadernos de História UFPE, v. 11, n. 11, 2016. In: SCOTT, J. G. *A Useful Category of Historical Analysis. Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press. 1989. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, gentilmente autorizada por Joan W. Scott. Disponível em: <periodicos.ufpe.br>. Acesso em: 29 ago. 2020.

SILVA, S. G. da. **A crise da Masculinidade: uma Crítica à Identidade de Gênero e à Literatura Masculinista**. Instituto de Medicina Social/IMS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Psicologia, Ciência e Profissão, 2006.

STEKEL, W. **Estados nervosos de angústia**. 1908.

WAISELFISZ J.J. **Mapa da violência 2015**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.